

INTRODUÇÃO BÍBLICA

TEOLOGIA ECLESIAÍSTICA



CNPJ 07.905.126/0001-54

Conhecimento Teológico ao seu alcance!

Prof. Alexssandre Borges Raimundo

Conselho Editorial

Edmilson P. Santana – Eliel Queres – Thais N. de Araújo

“Tu, porém, permanece naquilo que aprendeste e de que foste inteirado, sabendo de quem o tens aprendido e que desde a tua meninice sabes as sagradas Escrituras, que podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus. Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, Para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça; para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda a boa obra”. 2 Tm 3. 14-17.

“Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar”.

TEOLOGIA ECLESIAÍSTICA

Introdução Bíblica

Prof. Alexssandre Borges Raimundo

Alexssandre Borges Raimundo

Pastor Congregacional, Bacharel em teologia pelo SETECERJ - RJ em 2003. Licenciado em cultura hebraica pela sinagoga Beyth Shofar-RJ, 2005. graduado em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá - RJ, 2020. graduando em Filosofia UNIFATECIE. Mestrando em Ciência da Religião pelo CITERJ. Coordenador Pedagógico do CITERJ. Coordenador do curso de Bacharel em Teologia do CITERJ.

CITERJ

CENTRO INTERDENOMINACIONAL DE TEOLOGIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reflexão: Escrituras e Teologia

“A bíblia é a Palavra de Deus inerrante e infalível no propósito para a qual seu autor (Deus) a determinou. É suficiente para redimir o homem levando-o de volta a Deus. Nela encontramos consolo e orientações de modo suprir as necessidades do nosso corpo, alma e espírito.

Tendo como fonte primária as escrituras sagradas, a teologia tem por finalidade "melhorar" o entendimento quanto às ideias e temas apresentados na Palavra. Ela auxilia no processo de iluminação das verdades revelada na Palavra. A teologia ainda organiza de modo lógico os assuntos na bíblia; combate pensamentos culturais perniciosos; combate o relativismo cultural; o materialismo; auxilia na consolidação de um caráter genuinamente cristão e no ministério desse exercício. Estude e ame a Palavra de Deus. O Espírito Santo que está entretecido nela o iluminará. Nunca, porém despreze a ferramenta para tal: **a Teologia.**”

Edmilson P. Santana

Diretor Geral

DIRETORIA EXECUTIVA 2022

Coordenação Pedagógica: Pr. Alexssandre Borges

Coordenação Geral: Eliel Queres

Secretaria: Maria Jerônimo

Coordenação de Pós-graduação: Dra. Thais Araújo

Diretor Geral: Pr. Edmilson P. Santana

CONSELHO ACADÊMICO

Rev. Jonas Rosa Murta

Pr. Vanildo Severiano

Demais membros:

Dr. Marinaldo Geremias Pra. Aida Correa da Conceição Dra. Thais N. de Araújo	Dr. Marcio Lima Pr. Miguel Pereira Pinto Dr. Zenóbio da Fonseca
--	---

“Procura apresentar a Deus aprovado, como obreiro que não tem do que se envergonhar”

O Centro Interdenominacional de Teologia do Estado do Rio de Janeiro – CITERJ, nasceu do desejo de seus fundadores – *Edmilson Pereira Santana*, pastor, bacharel em Teologia pelo IBE em 2004 e licenciado em Teologia pelo IBADERJ em 2007. Graduado em teologia pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia em 2011, pós graduado em Gestão Estratégia de Pessoas pela Universidade Estácio de Sá & Havard Business School, em 2019 e mestrando em Ciências da Religião pelo CITERJ ; *José Pedro de Assis, (In memorian)* pastor da Igreja Congregacional Missionária Ministério do Evangelho Integral em Inoã - Maricá - RJ, mestre em Ciências da Religião pelo Seminário Teológico Congregacional do Estado do Rio de Janeiro - SETECERJ, graduado em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF, pós-graduado em Ciências Políticas pela Universidade Metodista BENNETT - RJ e História do Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e *Alanir Moraes*, pastor da igreja Metodista em Rio do Ouro SG-RJ, bacharel em Teologia pela Universidade Metodista BENNETT, com especialização em capelania pela Faculdade de Educação e Teologia - Faculdade Universal- FATUN-RJ, e pós-graduando psicanálise clínica, pela sociedade psicanalítica Brasileira.

Os três professores e homens de Deus acima desejavam implantar em sua comunidade um curso teológico de linha interdenominacional, emanados do desejo e paixão dos mesmos pelo estudo e ensino teológico.

Após diversas reuniões promovidas por eles, e reunindo os líderes de diversas igrejas da comunidade e adjacências, num espaço de aproximadamente quase dois anos, nasce o CITERJ.

O CITERJ surgiu em parceria com a AECB – Aliança Eclesiástica Congregacionalista Brasileira – um órgão já instituído há tempos, com intuito também em seu estatuto de organizar um seminário de estudos teológicos.

A diretoria do CITERJ é formada por um colegiado composto por 1 Diretor Geral, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Coordenador Administrativo, 1 Coordenador de Pós-graduação e um Conselho Acadêmico formado por pastores de diversas igrejas e denominações.

Que Deus continue abençoando o propósito destes homens de Deus e os conduzam no caminho que devam andar. Que conservem a boa e correta interpretação das escrituras em seus ensinos por onde quer que o CITERJ chegue.

Deus abençoe.

Pr. Miguel Pereira Pinto

Presidente da AECB

SUMÁRIO

ASSUNTOS	PÁG
Introdução:	06
I. Inspiração e Revelação dos Textos Sagrados	07
II. Estrutura da Bíblia	21
III. Cânon das Escrituras	26
IV. Formas e Maneiras de Deus se Revelar	27
V. “Textus Receptus” e sua Importância	61
VI. Principais Traduções da Bíblia no Brasil	64
VII. Conclusão	65
Exercício	73
Bibliografia	74

INTRODUÇÃO:

A Bíblia, ao longo dos séculos, tem sido uma fonte de orientação, inspiração e reflexão para milhões de pessoas ao redor do mundo. Seus textos transcendem fronteiras culturais e temporais, oferecendo uma riqueza incomparável de sabedoria, narrativas e ensinamentos espirituais. A disciplina de Introdução Bíblica busca desvendar os mistérios por trás desses textos sagrados, mergulhando na complexidade de sua inspiração, formação e transmissão.

Nesta apostila, exploraremos diversos aspectos fundamentais para compreender a Bíblia em sua totalidade. Desde a importância da inspiração e revelação dos textos sagrados até a estruturação da Bíblia, o processo de formação do cânon das escrituras, as diferentes formas de revelação divina e a análise das mais relevantes traduções no contexto brasileiro.

Ao longo dos tópicos apresentados, examinaremos os fundamentos da constituição do Cânon do Antigo Testamento, a presença dos Livros Apócrifos, a formação do Cânon do Novo Testamento e os meios pelos quais Deus se revela aos indivíduos. Além disso, abordaremos o processo histórico de transmissão da Bíblia, analisando desde os Rolos do Mar Morto até o Texto Massorético, sem esquecer a importância do Textus Receptus e a aplicação da crítica textual.

Esta apostila serve como um guia introdutório para aqueles que desejam compreender a base fundamental dos textos bíblicos, oferecendo uma visão abrangente e contextualizada dos princípios que norteiam a compreensão e interpretação da Bíblia. Seja para estudiosos, líderes religiosos, ou aqueles em busca de conhecimento, a Introdução Bíblica é um ponto de partida essencial para a imersão neste tesouro literário e espiritual que é a Bíblia.

Bons estudos!

I. INSPIRAÇÃO E REVELAÇÃO DOS TEXTOS SAGRADOS

Embora a palavra "inspiração" seja mencionada apenas uma vez no Novo Testamento (2Tm 3.16) e uma vez no Antigo (Jó 32.8), o método pelo qual Deus comunica Sua mensagem autorizada aos seres humanos é apresentado de diversas formas (Giesler.L, 1997). Ao analisarmos as duas passagens significativas sobre a inspiração encontradas no Novo Testamento, podemos obter insights valiosos sobre o significado da inspiração bíblica.

No versículo 2Tm 3.16, a expressão "toda Escritura é inspirada por Deus" destaca a fonte divina por trás das Escrituras. Essa afirmação ressalta que a Bíblia não é simplesmente um produto humano, mas é imbuída da influência direta e autoridade de Deus. Isso implica que, ao ler as Escrituras, os crentes estão se conectando com a vontade e a mensagem de Deus para a humanidade.

No Antigo Testamento, em Jó 32.8, encontramos outra referência à inspiração. Aqui, Eliú afirma: "Mas há um espírito no homem, e o sopro do Todo-Poderoso o faz entender". Essa perspectiva destaca a interação entre o espírito humano e a revelação divina. Deus não apenas inspira as palavras escritas, mas também capacita os indivíduos a compreenderem Sua mensagem. Isso enfatiza a natureza ativa da inspiração, não apenas como uma transmissão passiva, mas como um processo dinâmico que envolve a mente e o espírito humano. Ao considerarmos essas passagens, percebemos que a inspiração bíblica é um fenômeno complexo que transcende a mera redação das palavras. Envolve a participação ativa de Deus na revelação de Sua vontade e a receptividade do homem para compreendê-la. Portanto, a inspiração não é apenas um evento histórico, mas um contínuo ato divino que permeia as Escrituras, tornando-as uma fonte única e autoritativa de orientação espiritual para os crentes.

1.1 Definição

A inspiração divina é uma intervenção sobrenatural do Espírito Santo, cuja ação através de seus autores resultou na composição das Escrituras, sendo esta, a única revelação escrita de Deus para a humanidade. A inspiração da Bíblia é

caracterizada como divina, verbal e plenária. Destaca-se que "o Espírito Santo garantia a exatidão e a suficiência de tudo quanto era escrito como a revelação da parte de Deus". É por essa razão que a Bíblia é considerada pelos crentes como a inspirada, inerrante e infalível Palavra de Deus.

O fundamento teológico e doutrinário reafirma que a Bíblia Sagrada é a Palavra escrita de Deus. Sua inspiração é verbal, indicando que os autores a escreveram sob a orientação e supervisão do Espírito Santo. Além disso, a inspiração da Bíblia é plena, conferindo total e completa autoridade a todos os livros e palavras nela contidos. Essa crença está em pleno acordo com a Declaração de Fé, que expressa a convicção na "inspiração divina verbal e plenária da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé e prática para a vida e o caráter cristão".

Assim, alicerçados nesse ensinamento, os fiéis reconhecem a Bíblia como a fonte suprema de orientação espiritual, moldando não apenas a fé, mas também a prática e o caráter cristão. A inspiração divina é entendida como uma garantia da autenticidade e confiabilidade das Escrituras, tornando-as a bússola incontestável para a jornada da vida cristã.

1.2 Três Elementos essenciais da Inspiração:

- Causalidade divina: Deus emerge como a Fonte Primordial da inspiração que permeia a Bíblia. Sua influência divina não apenas estimula, mas é o catalisador do elemento humano na composição das Escrituras. O processo revelatório inicia-se com Deus falando aos profetas, transmitindo a eles verdades fundamentais da fé. Posteriormente, por meio desses profetas, Deus comunica essas verdades aos homens, que as registram na forma escrita.

O primeiro e mais crucial elemento na doutrina da inspiração bíblica é a compreensão de que Deus é a fonte principal e a causa primária de toda verdade contida na Bíblia. É Ele quem impulsiona e guia o processo, garantindo que a revelação divina seja transmitida de maneira fiel e

autorizada. Contudo, é vital destacar que essa não é a única dimensão a considerar.

A dinâmica da inspiração envolve não apenas a iniciativa divina, mas também a participação ativa dos seres humanos no registro dessas verdades reveladas. Deus escolhe utilizar profetas e homens de fé como instrumentos, capacitando-os para que, por meio de sua intervenção, as mensagens divinas sejam preservadas nas páginas sagradas da Bíblia.

Assim, a doutrina da inspiração bíblica ressalta a colaboração entre o divino e o humano. Deus é a origem e a força motriz por trás da revelação, enquanto os homens, sob a orientação divina, desempenham um papel essencial ao registrarem fielmente essas verdades reveladas. Essa interação revela a riqueza da inspiração bíblica, onde o transcendental se conecta de maneira extraordinária com o humano, resultando na Palavra de Deus manifesta nas Escrituras.

➤ Mediação profética: Os profetas que registraram as Escrituras não eram simples autômatos, meros instrumentos passivos preparados para transcrever o que lhes era ditado. Eles transcendiam essa função, sendo mais do que simples secretários. Ao escreverem, expressavam suas intenções genuínas, guiados pela consciência que os impulsionava durante o exercício normal de sua tarefa. Seus estilos literários e vocabulários individuais deixam uma marca única nas páginas sagradas.

É importante ressaltar que as personalidades dos profetas não foram subjugadas por uma intervenção sobrenatural. A Bíblia que produziram é, simultaneamente, a Palavra de Deus e a palavra do homem. Deus, na Sua sabedoria, optou por utilizar as peculiaridades das personalidades humanas para comunicar Suas proposições divinas. Os profetas, assim, agiram como a causa imediata dos textos escritos, mas Deus permaneceu como a causa principal, guiando e inspirando.

Nesse sentido, a riqueza da Bíblia reside na harmonia entre a expressão humana autêntica e a mensagem divina. A colaboração entre as intenções dos profetas e a inspiração de Deus resulta em um texto que carrega a autoridade divina, mas ao mesmo tempo reflete a autenticidade e

individualidade dos escritores humanos. A dinâmica entre o divino e o humano na produção das Escrituras destaca a magnitude e a complexidade do ato de revelação, revelando uma obra que é simultaneamente divina e profundamente humana.

- Autoridade escrita: O ápice da autoridade divina, operando por intermédio dos profetas como emissários de Deus, manifesta-se na autoridade escrita que reveste a Bíblia. A Escritura, como afirmado, "é divinamente inspirada e proveitosa para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça". Ela é a derradeira fonte de autoridade em questões doutrinárias e éticas. Qualquer controvérsia teológica ou moral deve ser submetida ao tribunal da Palavra escrita de Deus. A autoridade das Escrituras deriva diretamente de Deus, que falou por meio dos profetas. No entanto, é nos escritos proféticos, não nos escritores desses textos sagrados, que reside e permanece a resultante autoridade divina. Enquanto todos os profetas faleceram, os escritos proféticos persistem.

Em resumo, uma definição apropriada de inspiração requer a consideração de três fatores fundamentais: Deus, como o Causador original; os homens de Deus, que serviram como instrumentos nesse processo; e a autoridade escrita, ou seja, as Sagradas Escrituras, que representam o produto final. Essa tríade de elementos fundamentais destaca a complexidade e a interconexão intrínseca entre o divino e o humano no processo de revelação. Deus como a fonte, os homens como instrumentos e as Escrituras como o veículo final de autoridade proporcionam um quadro abrangente da inspiração divina na composição da Bíblia.

1.3 Evidências Indiretas da Inspiração

- Sua Extraordinária Unidade: A extraordinária singularidade e coesão das Escrituras se destacam de maneira incontestável, especialmente quando consideramos sua notável diversidade. Composta por nada menos que quarenta autores provenientes das mais diversas classes, culturas e posições sociais, incluindo pastores, pescadores, legisladores, reis, médicos, sacerdotes, governadores e fariseus, a maioria dos quais nunca

compartilhou um encontro face a face. Esses autores também atravessaram eras distintas, abrangendo mais de dezesseis séculos. A variedade de gêneros literários é igualmente notável, incorporando livros históricos, biográficos, proféticos, éticos e poéticos, abordando uma gama incrivelmente diversificada de temas, desde a criação do mundo até a consumação dos séculos.

Apesar de toda essa diversidade, a Bíblia se revela, essencialmente, como um livro unificado. Ela narra uma história única: a história da redenção, convergindo para uma única figura central: Cristo. Surpreendentemente, mesmo diante de uma busca minuciosa, não se encontra qualquer contradição ou incoerência real entre seus ensinamentos, relatos e exortações.

A coerência das Escrituras se torna ainda mais notável quando refletimos sobre a vastidão de temas abordados e os diferentes contextos históricos e culturais nos quais os autores estiveram inseridos. Essa unidade transcende as barreiras do tempo, das culturas e das circunstâncias, revelando-se como um testemunho marcante da singularidade e inspiração divina que permeiam as páginas desse livro sagrado. Assim, a Bíblia se destaca não apenas pela diversidade de suas vozes, mas pela harmonia sublime que ressoa em sua mensagem atemporal.

- *A Excelência da Sua Mensagem:* A profundidade do conteúdo das Escrituras transcende de maneira tão sobrenatural e contrária aos pensamentos humanos que se revela como uma evidência marcante de sua origem divina. Nas palavras de Ryle a Bíblia...

...ousadamente trata de assuntos que vão além do conhecimento humano, quando um homem é deixado por conta própria. Trata de coisas que são misteriosas e invisíveis: a alma, o mundo vindouro e a eternidade, profundidades estas que nenhum homem pode sondar. Todos os que têm procurado escrever a respeito destas coisas, sem possuir iluminação proveniente da Bíblia, fizeram pouco mais do que mostrar sua própria ignorância... Quão obscuros

estavam os pontos de vista de Sócrates, Platão, Cícero e Sêneca!

Um bem versado aluno de Escola Dominical de nossos dias conhece mais verdades espirituais do que todos aqueles sábios juntos

A singularidade e a relevância da Bíblia se destacam como a única fonte que oferece uma explicação racional sobre a origem, o estado e o propósito do homem e do mundo em que ele habita. A grandiosidade de um Deus trino, santo, justo, soberano, independente, onipotente, onisciente, onipresente, longânimo, misericordioso e amoroso, conforme revelado nas páginas da Bíblia, transcende a capacidade humana de conceber.

A Bíblia descreve o homem de maneira que ele próprio não conceberia: totalmente corrompido e plenamente culpado por causa do pecado. Essa autoanálise confrontadora é única na abordagem das Escrituras. Além disso, a Bíblia apresenta um meio de salvação incomparável, afirmando que somente os eleitos de Deus, predestinados segundo Seu eterno propósito, serão salvos pela graça, mediante a fé no sacrifício vicário de Cristo, o Filho de Deus, na cruz. Essa mensagem é considerada como loucura para os que se perdem, conforme expresso em 1 Coríntios 1:18.

Ao compararmos a Bíblia com outros escritos religiosos, como o Alcorão ou o Livro dos Mórmons, percebemos uma disparidade notável. A existência dessas supostas "revelações" parece até ser permitida por Deus para evidenciar a imensurável superioridade de Sua própria Palavra e confirmar sua inspiração divina. Assim, comparar a Bíblia com outros escritos religiosos é como contrastar o sol com uma vela, revelando a grandiosidade e a exclusividade das Escrituras como a única fonte de verdade divinamente inspirada.

1.4 Evidências Diretas da Inspiração

De acordo com (Anglada,1998) a doutrina da inspiração das Escrituras não se fundamenta apenas em evidências indiretas. Há também evidências diretas (internas) suficientes e incontestáveis.

- Ensino de Jesus: A reverência que o Senhor Jesus demonstrou pela Palavra de Deus é incontestável e inequívoca. Em Mateus 5:17,18, ao referir-se aos livros do Antigo Testamento, Ele proclama que nem um "i" ou "til" passará da lei até que tudo se cumpra. Essa assertiva enfatiza a imutabilidade e a perpetuidade da Palavra de Deus, destacando a importância inalterável de cada detalhe.

Além disso, em João 10:35, Jesus declara com firmeza que a "Escritura não pode falhar", reafirmando a confiabilidade absoluta das Sagradas Escrituras. Essa afirmação ressoa com clareza, sublinhando a infalibilidade da Palavra de Deus e sua capacidade intrínseca de permanecer verdadeira e inabalável.

Ao examinarmos essas passagens, percebemos que o próprio Cristo conferiu à Palavra divina uma posição central e inquestionável. Sua reverência não apenas valida a autoridade das Escrituras, mas também enfatiza a importância crucial de cada palavra e preceito contido nelas. Ao seguir o exemplo de Jesus, somos instigados a abraçar e respeitar as Escrituras como a revelação inerrante e infalível de Deus para a orientação de nossas vidas.

- Fórmulas proféticas: Os profetas do Antigo Testamento, ao se expressarem nas Escrituras, reivindicam de maneira inequívoca falar em nome de Deus. Isso se reflete nas frequentes introduções de suas profecias por expressões como "assim diz o Senhor," "ouvi a palavra do Senhor," ou "palavra que veio da parte do Senhor."

Essas formulações não são meramente uma formalidade, mas sim uma afirmação solene e consciente da autenticidade e origem divina de suas mensagens. Ao introduzirem suas palavras dessa maneira, os profetas estão estabelecendo uma clara ligação entre suas expressões e a vontade

soberana de Deus. Cada "assim diz o Senhor" torna-se um selo distintivo, atestando que aquelas palavras não são simples conjecturas humanas, mas sim revelações inspiradas diretamente do Criador.

Essa prática reforça a autoridade divina por trás das profecias, destacando a seriedade com que os profetas encaravam sua responsabilidade de transmitir as mensagens de Deus ao povo. Ao explorarmos essas introduções nas Escrituras, somos levados a reconhecer a importância crucial da autoridade divina na comunicação reveladora, estabelecendo assim um padrão inconfundível para discernir a origem sagrada dessas mensagens proféticas.

- Citações do Antigo Testamento: A presença de diversas citações do Antigo Testamento, nas quais são atribuídas a Deus ou ao Espírito Santo, evidencia a continuidade e a relevância da revelação divina ao longo das Escrituras. Um exemplo notável é encontrado em Hebreus 3:7ss, onde a autoria é claramente atribuída ao Espírito Santo: "Assim diz o Espírito Santo..."

Essa prática de citar textos antigos, especialmente ao identificá-los como palavras do Espírito Santo, ressalta a coesão e a unidade das Escrituras, conectando os ensinamentos do Antigo Testamento com a revelação presente no Novo Testamento. Ao fazê-lo, os escritores bíblicos reconhecem a atuação contínua do Espírito Santo ao longo da história da redenção.

Essas citações não apenas validam a continuidade da revelação divina, mas também sublinham a autoridade do Espírito Santo como agente inspirador, mantendo a coesão entre os dois testamentos. Ao explorarmos esses exemplos, somos guiados a compreender a interconexão vital entre os ensinamentos do Antigo e do Novo Testamento, ambos permeados pela inspiração divina do Espírito Santo. Essa continuidade destaca a coesão ininterrupta da mensagem divina, proporcionando uma base sólida para a compreensão e aplicação das Escrituras.

- Referências Explícitas: Os apóstolos Paulo e Pedro, de maneira explícita, fundamentam a doutrina da Inspiração das Escrituras nos textos que são considerados clássicos sobre o assunto. Em 2 Timóteo 3:16, Paulo estabelece de forma clara que "toda a Escritura é inspirada por Deus." Por

sua vez, Pedro, em 2 Pedro 1:20,21, esclarece que "nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca, jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto, homens santos falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo."

Nesses versículos, os apóstolos oferecem um fundamento sólido e inequívoco para a doutrina da inspiração divina nas Escrituras. Paulo enfatiza a abrangência da inspiração, afirmando que toda a Escritura é impulsionada pelo sopro de Deus, indicando a universalidade desse princípio. Por sua vez, Pedro ressalta a origem divina das profecias, destacando que não são fruto de interpretação privada, mas sim revelações de homens santos movidos pelo Espírito Santo.

Essas declarações não apenas afirmam a autoridade e autenticidade das Escrituras, mas também sublinham a natureza transcendente da inspiração divina que permeia cada página. Ao considerarmos esses textos clássicos, somos levados a reconhecer a base sólida e irrefutável sobre a qual repousa a doutrina da inspiração, oferecendo confiança e certeza àqueles que buscam compreender a natureza divina das Escrituras.

1.5 As Várias Teorias a Respeito da Inspiração

Ao longo da história, as teorias sobre a inspiração da Bíblia têm variado de acordo com as características essenciais de três movimentos teológicos distintos: a ortodoxia, o modernismo e a neo-ortodoxia. Embora essas perspectivas não estejam estritamente confinadas a um único período, suas manifestações primordiais são distintivas de três fases sucessivas na trajetória histórica da igreja.

Durante a maior parte dessa história, a visão ortodoxa predominou, sustentando que a Bíblia é, de fato, a Palavra de Deus. Contudo, com o advento do modernismo, surgiram ideias que sugeriam que a Bíblia meramente contém a Palavra de Deus, representando uma mudança significativa na compreensão teológica. Mais recentemente, sob a influência do existencialismo contemporâneo, os teólogos neo-ortodoxos passaram a ensinar que a Bíblia se torna a Palavra de

Deus quando o indivíduo experimenta um encontro pessoal com Deus por meio de suas páginas.

Essas diferentes abordagens refletem não apenas mudanças teológicas, mas também evoluções na compreensão da relação entre a revelação divina e as Escrituras. A visão ortodoxa tradicional confere à Bíblia uma autoridade intrínseca como Palavra de Deus. O modernismo, por sua vez, adota uma posição mais distanciada, considerando a Bíblia como um receptáculo de verdades espirituais. Já a neo-ortodoxia destaca a importância da experiência pessoal, propondo que a Bíblia se torna viva e significativa quando há um encontro direto com Deus durante a leitura.

Essas mudanças de perspectiva ao longo do tempo ressaltam a complexidade e a riqueza do diálogo teológico em torno da inspiração bíblica, evidenciando como as interpretações evoluem à medida que as correntes filosóficas e teológicas influenciam a reflexão sobre a Palavra de Deus.

- Ortodoxia - A Bíblia É a Palavra de Deus: Ao longo de aproximadamente 18 séculos da história da igreja, a perspectiva ortodoxa da inspiração divina prevaleceu consistentemente. Os pais da igreja, de maneira geral e com poucas exceções menos significativas, firmemente ensinaram que a Bíblia é a Palavra de Deus escrita. Ao longo desses séculos, teólogos ortodoxos, de maneira unânime, ensinaram que a Bíblia foi inspirada verbalmente, ou seja, é o registro escrito por inspiração de Deus. No entanto, as complexidades surgem quando se busca explicar como o registro escrito pode ser a Palavra de Deus, ao mesmo tempo em que o Livro foi claramente composto por autores humanos, cada um dotado de estilos pessoais distintos.

Duas opiniões divergentes emergiram entre os estudiosos ortodoxos para lidar com esse desafio. Alguns adotaram a ideia do "ditado verbal", argumentando que os autores humanos da Bíblia registraram apenas aquilo que Deus lhes ditou, palavra por palavra. John R. Rice, em sua obra "Nosso livro soprado por Deus — a Bíblia," apresenta de forma clara essa perspectiva, rejeitando a noção de que o ditado verbal seja mecânico e destacando que Deus atuou por meio da personalidade dos autores humanos, moldando suas personalidades para, posteriormente, o Espírito

Santo soprar Seu ditado palavra por palavra. O resultado, portanto, é um ditado preciso da parte de Deus nas Sagradas Escrituras.

Por outro lado, estudiosos preferiram a teoria do "conceito inspirado", como apresentado na Teologia Sistemática de A. H. Strong. Essa visão sugere que Deus inspirou apenas os conceitos, não as expressões literárias particulares com as quais cada autor concebeu seus textos. Nessa abordagem, Deus concedeu pensamentos aos profetas, permitindo-lhes total liberdade para expressá-los em termos humanos. A inspiração conceitual, segundo Strong, busca evitar implicações mecanicistas derivadas do ditado verbal, ao mesmo tempo em que preserva a origem divina das Escrituras. Deus proporcionou a inspiração conceitual, enquanto os homens de Deus forneceram a expressão verbal característica de seus estilos individuais.

- Modernismo - A Bíblia Contém a Palavra de Deus: Com o advento do idealismo germânico e da crítica da Bíblia, surgiu uma nova perspectiva evoluída sobre a inspiração bíblica, alinhada ao movimento modernista ou liberalismo teológico. Em oposição à visão ortodoxa tradicional de que a Bíblia é a Palavra de Deus, os modernistas ensinam que ela meramente contém a Palavra de Deus. Segundo essa perspectiva, certas partes da Bíblia são consideradas divinas e expressam a verdade, enquanto outras são claramente humanas e sujeitas a erros. Os modernistas alegam que a Bíblia reflete sua época, assim como qualquer outro livro, incorporando lendas, mitos e crenças falsas relacionadas à ciência. Argumentam que esses elementos não inspirados por Deus devem ser rejeitados pelos indivíduos esclarecidos da atualidade, considerando-os resquícios de uma mentalidade primitiva incompatível com o credo cristão. Segundo essa visão, apenas as verdades divinas, entremeadas entre ignorância antiga e erros grosseiros, foram verdadeiramente inspiradas por Deus.

Um dos conceitos apresentados pelos modernistas é o da "iluminação", defendendo que as "partes inspiradas" da Bíblia resultam de uma espécie de percepção religiosa profunda concedida por Deus a alguns homens piedosos. Essas percepções teriam sido registradas com diferentes níveis de compreensão, incluindo misturas de ideias religiosas equivocadas e crenças

científicas da época. Dessa forma, a Bíblia seria vista como um livro expressando vários graus de inspiração, dependendo da profundidade da iluminação religiosa experimentada por cada autor.

Por outro lado, há estudiosos modernistas que rejeitam totalmente a existência de elementos divinos na composição da Bíblia. Para esses, a Bíblia é apenas um caderno de rascunho no qual os judeus registraram lendas, histórias, poemas etc., sem valor histórico significativo. O que alguns chamam de inspiração divina seria, na verdade, uma intensa intuição humana dentro do folclore judaico, segundo essa visão. Essas percepções espirituais, embora contenham exemplos significativos de moral elevada e gênio religioso, são consideradas puramente naturalistas, desprovidas de qualquer inspiração sobrenatural ou iluminação.

- Neo-Ortodoxia - A Bíblia torna-se a Palavra de Deus: No início do século XX, uma reviravolta nos acontecimentos mundiais e a influência do existencialismo, especialmente de Soren Kierkegaard, deram origem a uma nova abordagem na teologia europeia. Nesse contexto, muitos estudiosos voltaram sua atenção para as Escrituras, reconhecendo nelas a voz de Deus. Apesar de manterem opiniões críticas sobre a Bíblia, começaram a considerá-la seriamente como a fonte da revelação divina aos homens. Essa abordagem resultou em uma nova ortodoxia, na qual afirmavam que Deus se comunica com os seres humanos por meio da Bíblia, tornando-se a Palavra de Deus em um encontro pessoal entre Deus e o homem.

Dentro da neo-ortodoxia, surgiram duas correntes distintas. Na abordagem demitizante, representada por estudiosos como Rudolf Bultmann e Shubert Ogden, nega-se qualquer conteúdo religioso importante, factual ou histórico nas páginas da Bíblia. Alega-se que a Bíblia foi escrita em linguagem mitológica da época de seus autores, e a tarefa do cristão moderno é desmitificar a Bíblia, removendo seus elementos lendários para descobrir o conhecimento existencial subjacente. Mesmo assim, a verdadeira mensagem do amor sacrificial de Deus em Cristo pode ser encontrada após essa demitização.

A outra corrente, representada por teólogos como Karl Barth e Emil Brunner, mantém uma visão mais ortodoxa das Escrituras. Barth reconhece imperfeições no registro escrito, mas afirma que a Bíblia é a fonte da revelação de Deus, servindo como veículo para sua comunicação conosco. Analogamente, Brunner argumenta que a revelação de Deus não é proposicional, ocorrendo através da Bíblia como um registro da revelação pessoal de Deus a pessoas do passado. Para esses teólogos neo-ortodoxos, a Bíblia não é vista como um registro inspirado, mas como um testemunho singular da revelação de Deus. Quando Deus, de maneira pessoal, fala ao leitor por meio da Bíblia, ela se torna a Palavra de Deus para esse leitor, em contraste com a visão ortodoxa tradicional.

1.6 Implicações da doutrina bíblica da Inspiração

Existem alguns fatos implicitamente presentes na doutrina da inspiração que merecem nossa atenção. Abordaremos aqui três deles: a igualdade entre o Antigo e o Novo Testamento, a variedade na expressão literária e a inerrância do texto.

Em primeiro lugar, a doutrina da inspiração sugere a igualdade entre o Antigo e o Novo Testamento. Embora essa igualdade não seja explicitamente discutida na formulação da doutrina, a compreensão de que toda a Escritura é inspirada por Deus implica que tanto o Antigo quanto o Novo Testamento possuem autoridade divina. Ambas as partes da Bíblia são partes integrantes da revelação de Deus, revelando Sua vontade e propósitos ao longo da história da redenção.

Em segundo lugar, a variedade da expressão literária é outra característica implícita na doutrina da inspiração. Ao reconhecer que a Bíblia foi escrita por diversos autores ao longo de séculos, a doutrina implica que Deus escolheu comunicar Sua mensagem de maneiras diversas. Essa diversidade inclui gêneros literários como história, poesia, profecia e epístolas, refletindo a riqueza da comunicação divina por meio de diferentes estilos e formas.

Por fim, a inerrância do texto é um aspecto que se pressupõe na doutrina da inspiração. A crença na inspiração divina implica que as Escrituras são infalíveis e isentas de erro em sua forma original. Deus, como autor supremo, preservou a precisão e confiabilidade do texto, garantindo que as Escrituras transmitam com fidelidade Sua mensagem aos seres humanos.

Esses três aspectos, embora não sejam sempre explicitamente mencionados na doutrina da inspiração, são implicitamente fundamentais para uma compreensão abrangente da natureza e autoridade das Escrituras Sagradas.

1.7 A inspiração em Contraste com a Revelação e a Iluminação

Dois conceitos intimamente relacionados, revelação e iluminação, emergem como elementos cruciais para esclarecer o significado da inspiração quando contrastados. Revelação aborda a exposição da verdade, sua origem e transmissão, enquanto iluminação refere-se à compreensão adequada dessa verdade descoberta. No entanto, a inspiração não se limita nem à revelação nem à iluminação. A revelação está vinculada à origem e transmissão da verdade, enquanto a inspiração está associada à recepção e registro dessa verdade. A iluminação, por sua vez, trata da apreensão e compreensão posterior da verdade revelada.

A inspiração, enquanto meio pelo qual a revelação escrita chega aos homens, não garante, por si só, que eles a compreendam. A iluminação do coração e da mente se faz necessária. A revelação é uma abertura objetiva proporcionada pela comunicação divina; a inspiração é o meio pelo qual essa revelação se torna uma exposição aberta e objetiva. Assim, a revelação é o fato da comunicação divina, a inspiração é o meio, e a iluminação é o dom que capacita a compreensão dessa comunicação. Essa tríade dinâmica destaca a interconexão desses conceitos na compreensão mais ampla da inspiração e sua relação com a revelação e a iluminação.

II. A ESTRUTURA DA BÍBLIA

A Bíblia Sagrada, composta majoritariamente em hebraico e grego ao longo de aproximadamente 1.600 anos, por cerca de 40 homens, é estruturada em dois grandes segmentos: o Antigo e o Novo Testamento. Os 66 livros que a constituem são considerados divinamente inspirados, formando assim o cânon bíblico. Essa coletânea de livros, apesar de sua diversidade, é unificada em um único livro: a Bíblia Sagrada.

Os critérios fundamentais para a avaliação da canonicidade desses livros incluem a inspiração divina, o reconhecimento e a preservação ao longo do tempo, todos os quais apontam para a natureza singular e autorizada desses textos como a Palavra de Deus. A aceitação e preservação desses livros ao longo da história cristã são evidências de sua autoridade divina.

O reconhecimento da Escritura como a Palavra de Deus não é apenas um processo intelectual, mas também uma resposta provocada pelo testemunho do próprio autor divino no coração das pessoas. Esse testemunho interior é o que leva os crentes a afirmarem que toda a Bíblia é a única regra de fé e prática, orientando suas crenças e ações de acordo com os ensinamentos sagrados contidos nessa preciosa revelação divina.

Neste tópico, veremos como a Bíblia está organizada, a classificação de seus livros, a canonicidade e as particularidades dos Testamentos.

2.1 Divisões e Livros da Bíblia

- Os Dois Testamentos Bíblicos: O termo "testamento" tem suas raízes no latim "testamentum," que é a tradução das palavras gregas "diatheke" e hebraicas "berith," ambas significando "aliança," "pacto" ou "concerto" de Deus com a humanidade. O Dicionário Bíblico Wycliffe destaca que esse substantivo denota a obrigação autoimposta por Deus para reconciliar os pecadores consigo mesmo (Gn 17.7; Dt 7.6-8; Sl 89.3,4). O Dicionário Vine esclarece que, ao fazer um concerto, era comum o sacrifício de uma vítima (Gn 15.10; Jr 34.18,19).

A revelação do autor aos Hebreus enfatiza que "um testamento tem força onde houve morte" (Hb 9.17), e assim, ambos os testamentos bíblicos foram consagrados com sangue; o primeiro, com sangue de animais (Hb 9.19), e o segundo, com o sangue de Cristo (Hb 9.11-22).

Paulo introduziu a expressão "Antigo Testamento" (2 Co 3.14), traduzida como "Velho Testamento" (ARC) e "Antiga Aliança" (NAA). Essa designação refere-se aos 39 livros canônicos dos judeus, reconhecidos por Jesus como "as Escrituras" (Mt 22.29), abrangendo "a Lei, os Profetas e os Salmos" (Lc 24.44). Esses livros revelam a aliança inicial com Israel, que falhou em obedecer, levando à promessa de uma nova aliança escrita nos corações das pessoas (Jr 31.32, 33).

Por sua vez, o termo "Novo Testamento" é empregado nas Escrituras para denotar o cumprimento profético de Jesus como o Mediador da Nova Aliança (1 Co 11.25, 2 Co 3.6; Hb 8.6-13; 12.24). Essa expressão também é utilizada para se referir aos 27 livros inspirados, reconhecidos pelos cristãos como "as Escrituras" (2 Pe 3.15,16). A escolha da palavra "testamento" em detrimento de "aliança" se deve à Vulgata Latina, e assim, as designações "Antigo e Novo Testamento" tornaram-se as principais divisões dos 66 livros canônicos das Escrituras Sagradas, conforme definido ao tempo de Tertuliano (150 d.C).

2.2 O ANTIGO TESTAMENTO

- Os Livros do Antigo Testamento: A organização dos livros do Antigo Testamento, conforme conhecemos e utilizamos atualmente, compreende 39 livros. No entanto, é importante destacar que a divisão adotada pelos judeus difere daquela estabelecida pela Igreja cristã. A coleção judaica contava com 24 livros, uma vez que o agrupamento obedecia a critérios específicos

Tabela 1. **Disposição dos Livros do Antigo Testamento Hebraico**

Lei (Torah)	Profetas (Neviim)	Escritos (Ketuvim)
1. Genesis	A. Profetas anteriores	A. Poéticos
2. Êxodo	1. Josué	1. Salmo
3. Levíticos	2. Juizes	2. Provérbios
4. Números	3. I e II Samuel	3. Jó
5. Deuternômio	4. I e II Reis	
	B. Profetas posteriores	B. 05 rolos (Miguilloth)
	1. Isaías	1. Cantares
	2. Jeremias	2. Ruth
	3. Ezequiel	3. Lamentações
	4. Os doze	4. Ester
		5. Eclesiaste
		C. Livros históricos
		1. Daniel
		2. Esdras - Neemias
		3. I e II Crônicas
05 livros	08 livros	11 livros
	Total: 24 livros	

Tabela 2. **Disposição dos Livros do Antigo Testamento Adotado pela Igreja Protestante**

Pentateuco - 5 livros

1. Gênesis
2. Êxodo
3. Levítico
4. Números
5. Deuteronômio

Históricos - 12 livros

1. Josué
2. Juízes
3. Rute
4. 1 Samuel
5. 2 Samuel
6. 1 Reis
7. 2 Reis
8. 1 Crônicas
9. 2 Crônicas
10. Esdras
11. Neemias
12. Ester

Poéticos - 5 livros

1. Jó
2. Salmos
3. Provérbios
4. Eclesiastes
5. Cantares

Proféticos**Profetas Maiores****05 livros**

1. Isaías
2. Jeremias
3. Lamentações
4. Ezequiel
5. Daniel

Profetas Menores**12 livros**

1. Oseias
2. Joel
3. Amós
4. Obadias
5. Jonas
6. Miqueias
7. Naum
8. Habacuque

9. Sofonias

10. Ageu

11. Zacarias

12. Malaquias

Total: 39 livros

Como indicado na Tabela 1, a classificação dos livros do Antigo Testamento pelos judeus era tripartida, compreendendo: a) a Lei, b) os Profetas e c) os Salmos ou Escritos. Jesus referiu-se a essa tripartição ao afirmar: "convinha que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, e nos Profetas, e nos Salmos" (Lc 24.44).

Conforme apresentado na Tabela 2, a divisão adotada pelos cristãos protestantes consiste em quatro partes, organizadas com base nos tópicos dos livros e derivadas da tradução das Escrituras para o grego, conhecida como a Septuaginta, iniciada por volta do século III a.C.

Mesmo que a cultura judaica empregue uma categorização diferente, é essencial notar que o conjunto do Antigo Testamento totaliza os mesmos 39 livros divinamente inspirados, tanto para os judeus quanto para os cristãos protestantes.

2.3 O NOVO TESTAMENTO

Esses livros foram oficialmente reconhecidos pela Igreja após a morte e ressurreição do Senhor Jesus Cristo, sendo classificados em quatro grupos principais:

- a) Evangelhos: Incluindo os quatro livros de Mateus, Marcos, Lucas e João;
- b) Histórico: Composto pelo livro de Atos dos Apóstolos;
- c) Epístolas: Subdivididas em Epístolas Paulinas, abrangendo 13 cartas de Romanos a Filemom; as Epístolas Gerais, que compreendem 8 cartas de Hebreus a Judas;
- d) Revelação: Consistindo no livro de Apocalipse.

O conjunto totaliza 27 livros divinamente inspirados e autorizados, sendo denominados canônicos (1 Co 2.4,13).

Nos primórdios do cristianismo, especialmente durante o século I d.C., enfrentou-se uma proliferação de falsos ensinamentos e a presença de falsos profetas, conforme previamente alertado por Cristo à Igreja (Mt 7.15; Mc 13.22). À medida que o cristianismo se desenvolvia nos séculos II e III, surgiram diversos escritos heréticos, conhecidos como livros espúrios, incluindo pseudepígrafos e apócrifos. Estes textos apresentavam conteúdo caracterizado por ensinamentos distorcidos, impregnados de erros gnósticos, docéticos e ascéticos, além de fantasias religiosas desmedidas.

Entre essas obras, mencionam-se livros que, embora desfrutassem de certo prestígio histórico e devocional, como "O Pastor de Hermas" (circa 15-140 d.C) e "O Didaquê" (circa 100-120 d.C), nunca foram reconhecidos como inspirados. A Igreja, guiada pelo discernimento do Espírito Santo, reconheceu apenas os 27 livros listados anteriormente como autênticos e fidedignos para integrar o cânon do Novo Testamento. Essa seleção criteriosa visa preservar a pureza da mensagem cristã e a autoridade divina das Escrituras.

III. CÂNON DAS ESCRITURAS

Que livros compõem a Bíblia? Como lidamos com os chamados livros ausentes? E como a Bíblia se tornou uma coleção de 66 livros? Estas questões serão exploradas neste tópico, abordando o tema da canonicidade. A canonicidade representa o segundo elo crucial na cadeia que liga Deus a nós. Enquanto a inspiração é o meio pelo qual a Bíblia recebe sua autoridade, a canonicidade é o processo que culmina na aceitação definitiva das Escrituras. Receber uma mensagem de Deus é uma coisa, mas é completamente diferente quando essa mensagem é reconhecida pelo povo de Deus. A canonicidade é o campo de estudo dedicado ao reconhecimento e compilação dos livros dados a nós pela inspiração divina.

3.1 Definição de canonicidade

A palavra "cânon" tem sua origem no grego "kanōn" ("cana, régua"), que, por sua vez, remonta ao hebraico "kaneh", presente no Antigo Testamento com o significado de "vara ou cana de medir" (Ez 40.3). Mesmo antes do advento do cristianismo, essa palavra era utilizada em um contexto mais amplo, denotando padrão ou norma, além de representar uma cana ou unidade de medida. No Novo Testamento, o termo é empregado de maneira figurada, fazendo alusão a um padrão ou regra de conduta (Gl 6.16).

- Emprego da palavra "cânon" pelo cristão da igreja primitiva: Nos primeiros tempos do cristianismo, o termo "cânon" assumia o significado de "regra" de fé ou escritos normativos, referindo-se às Escrituras autorizadas. Por volta do período de Atanásio (cerca de 350 d.C.), o conceito de cânon bíblico ou de Escrituras normativas já estava em desenvolvimento. A palavra "cânon" era aplicada à Bíblia em ambos os sentidos: ativo e passivo. No sentido ativo, a Bíblia é o cânon pelo qual tudo mais deve ser julgado. No sentido passivo, "cânon" denotava a regra ou padrão pelo qual um escrito deveria ser avaliado como inspirado ou dotado de autoridade.
- Os princípios de descoberta da canonicidade: Ao longo da história, a presença de falsos livros e mensagens sempre representou uma ameaça constante (veja caps. 8 e 10). Diante desse cenário, tornou-se imperativo que o povo de Deus realizasse uma revisão cuidadosa de sua coleção de livros sagrados. Mesmo obras anteriormente aceitas por outros crentes ou em eras passadas foram, em determinado momento, questionadas pela igreja. Cinco critérios fundamentais se destacam nesse processo abrangente:
 - 1) Autorização Divina: O livro afirma vir da parte de Deus?
 - 2) Profeticidade: Foi escrito por um servo de Deus, apresentando caráter profético?
 - 3) Confiança: É digno de confiança, comunicando a verdade sobre Deus, o homem, entre outros temas?
 - 4) Dinamismo: Possui o poder de Deus que transforma vidas?

5) Aceitação pelo Povo de Deus: É reconhecido como proveniente de Deus pelo grupo para o qual foi originalmente destinado?

Esses critérios não apenas visavam assegurar a autoridade divina dos livros canônicos, mas também garantir que essas escrituras fossem autênticas, verdadeiras e eficazes na vida da comunidade de crentes.

3.3 O Desenvolvimento do Cânon do Antigo Testamento

A história completa da formação do cânon do Antigo Testamento permanece parcialmente desconhecida devido à falta de dados abrangentes. No entanto, dispomos de informações que possibilitam esboçar uma visão geral e destacar elos de vital importância. O restante precisa ser deduzido através do exercício do julgamento racional. Um fator inicial e significativo no desenvolvimento do cânon do Antigo Testamento foi a progressiva coleção dos livros proféticos. Esses escritos foram cuidadosamente preservados ao longo do tempo, reconhecidos como divinos e autorizados. Essa coleção gradual estabeleceu as bases para a formação do cânon, representando uma etapa crucial no processo que culminou na aceitação e reconhecimento dos livros sagrados do Antigo Testamento.

➤ A evidência da coleção progressiva dos livros proféticos. Desde o início, os escritos proféticos foram cuidadosamente reunidos e reverenciados pelo povo de Deus como documentos sagrados, autorizados e de inspiração divina. As leis dadas por Moisés foram preservadas junto à arca no tabernáculo de Deus (Dt 31.24-26) e, posteriormente, no templo (2Rs 22.8). Josué acrescentou suas palavras ao "livro da lei de Deus" e ergueu uma grande pedra junto ao santuário do Senhor (Js 24.26). Samuel, enquanto informava os israelitas sobre os deveres de seu rei, escreveu as instruções em um livro e o apresentou perante o Senhor (1Sm 10.25).

Samuel desempenhou um papel na escola de profetas, cujos alunos eram conhecidos como "filhos dos profetas" (1Sm 19.20). De acordo com Ezequiel, existia um registro oficial de profetas e seus escritos no templo (Ez 13.9). Daniel faz referência aos "livros" que continham a "lei

de Moisés" e os "profetas" (Dn 9.2,6,11). Os autores dos livros de Reis e Crônicas tinham consciência da existência de muitos livros escritos pelos profetas, narrando toda a história anterior ao exílio.

A evidência genérica da existência de uma coleção progressiva de livros proféticos é corroborada pelo uso específico de escritos de profetas antigos por profetas posteriores. Os livros de Moisés são citados em todo o Antigo Testamento, desde Josué até Malaquias. Os livros de Reis citam a vida de Davi conforme narrada nos livros de Samuel. Crônicas revisita a história de Israel desde Gênesis até Reis, incluindo genealogias mencionadas apenas em Rute. Neemias 9 resume a história de Israel de Gênesis a Esdras. Há referências aos Provérbios de Salomão e ao Cântico dos Cânticos em 1Reis 4.32. Daniel cita Jeremias. O profeta Jonas recita parte de muitos salmos, e Ezequiel menciona Jó e Daniel. Essas referências indicam uma coleção em crescimento de livros divinamente inspirados, dotados de autoridade divina, que eram utilizados pelos profetas subsequentes em suas profecias.

➤ A evidência da continuidade profética. Houve, portanto, uma formação progressiva da coleção de escritos proféticos, moldando o Antigo Testamento. Cada novo profeta que surgia conectava sua narrativa aos elos já existentes da história, construindo assim uma corrente ininterrupta de livros.

Moisés, que não registrou sua própria morte no último capítulo de Deuteronômio, provavelmente teve sua história concluída por seu sucessor, Josué. Este acrescentou detalhes ao texto original de Moisés e colocou-o no tabernáculo (Js 24.26). Juízes, ao retomar o texto de Josué, indica que a escrita e revisão continuavam durante o período que menciona "Naqueles dias não havia rei em Israel" (Jz 17.6; 18.1; 19.1; 21.25).

A continuidade profética tornou-se mais estabelecida com a escola dirigida por Samuel (1Sm 19.20). Dessa escola emergiram livros proféticos que abrangeriam toda a história dos reis de Israel e Judá.

Várias histórias foram registradas por diferentes profetas, conforme ilustrado na amostra abaixo:

1. A história de Davi foi escrita por Samuel, Natã e Gade (1Cr 29.29).
2. A história de Salomão foi registrada por Natã, Aías e Ido (2Cr 9.29).
3. Os atos de Roboão foram escritos por Semaías e Ido (2Cr 12.15).
4. A história de Abias foi acrescentada por Ido (2Cr 13.22).
5. A história do reinado de Josafá foi registrada por Jeú (2Cr 20.34).
6. A história do reinado de Ezequias foi registrada por Isaías (2Cr 32.32).
7. A história do reinado de Manassés foi registrada por profetas anônimos (2Cr 33.19).
8. Os demais reis também tiveram suas histórias narradas pelos profetas (2Cr 35.27).

Embora os livros proféticos mencionados não sejam idênticos aos livros de Samuel, Reis e Crônicas, cada profeta citado parece ter compilado resumos proféticos de textos mais longos registrados por seus predecessores. Este processo teve início com Samuel e continuou com Jeremias, responsável pela compilação dos livros dos Reis.

Durante o exílio, profetas como Daniel e Ezequiel mantiveram o ministério profético. Ezequiel reconheceu a existência de um registro oficial de profetas no templo. Daniel mencionou Jeremias e citou profecias dele durante o exílio babilônico. Esses fatos sugerem que a comunidade judaica no exílio possuía os livros de Gênesis a Daniel.

Após o exílio, Esdras retornou da Babilônia trazendo consigo os livros de Moisés e dos profetas. Os livros de Crônicas, registrados por Esdras, conectam-se com a história sacerdotal de Judá e do templo. Com Neemias, a cronologia profética é concluída. Cada profeta, desde Moisés até Neemias, contribuiu para a crescente coleção de livros preservada pela comunidade profética desde Samuel. Os 22 (24) livros das Escrituras hebraicas foram escritos por profetas, mantidos pela

comunidade profética e reconhecidos pelo povo de Deus. Não há evidências de que outros livros, chamados de "escritos", tenham sido canonizados após essa época (cerca de 400 a.C.).

➤ A evidência de que o cânon do Antigo Testamento se concluiu com os profetas. Até agora, apresentamos a coligação das Escrituras hebraicas em duas grandes seções: os cinco livros de Moisés e os dezessete (ou dezenove) profetas que sucederam a Moisés. Também destacamos a continuidade nos escritos proféticos, onde cada profeta apoiava-se na autoridade dos escritos anteriores, contribuindo para a crescente coleção das Escrituras Sagradas. Na época de Neemias (cerca de 400 a.C.), a sucessão profética havia produzido e coligido os 22 livros do cânon hebraico.

Agora, vamos validar essa última argumentação e demonstrar que não havia uma terceira seção do cânon, escrita e reconhecida, depois dessa época. As evidências são as seguintes:

1. O chamado Concílio de Jâmnia (c. 90 d.C) não explorou uma suposta terceira seção dos escritos que teria sido canonizada. Não houve um concílio autorizado para tal; apenas uma reunião de especialistas, sem um corpo oficial dotado de autoridade para reconhecer o cânon. Portanto, não houve canonização de livros em Jâmnia.
2. O livro de Daniel, que a alta crítica considerava pertencente à seção de escritos, foi relacionado por Josefo entre os livros dos profetas. Josefo indicou que apenas quatro livros da terceira seção eram possivelmente Jó, Salmos, Provérbios e Eclesiastes. A descoberta de um fragmento antigo de Daniel entre os Rolos do Mar Morto e a referência de Jesus a Daniel como profeta confirmam essa posição.
3. O Novo Testamento cita quase todos os livros do cânon hebraico, inclusive os chamados escritos, relacionando-os claramente sob a dupla classificação de lei e profetas (cf. Mt 5.17; Mc 13.11 e Lc 24.27).
4. O livro de Salmos, mencionado por Josefo na terceira seção, fazia parte dos profetas. Jesus usou a expressão "Moisés [...] Profetas e [...]"

Salmos" em paralelo com "Moisés e todos os profetas" (Lc 24.27,44). Jesus citou um salmo, identificando-o como parte das Escrituras judaicas canônicas.

5. Tanto Josefo quanto o Talmude indica que a sucessão de profetas se encerrou com Malaquias nos dias de Neemias. O Talmude registra: "Depois dos últimos profetas, Ageu, Zacarias e Malaquias, o Espírito Santo apartou-se de Israel". Além disso, o Novo Testamento não cita nenhum livro após Malaquias como autorizado.

Nossa investigação revela que o cânon do Antigo Testamento foi concluído por volta de 400 a.C. Compreendia duas seções principais: a lei e os profetas. Quase todos os 22 (24) livros distribuídos entre essas seções são mencionados pelo Novo Testamento como Sagradas Escrituras. Não há apoio escriturístico nem histórico para a teoria de uma terceira divisão conhecida como "escritos". Pelo contrário, os livros inspirados foram incorporados ao cânon sob a denominação de "a lei e os profetas". Essa canonização foi um processo duplo, e o cânon completo do Antigo Testamento é sempre mencionado como "a lei e os profetas".

3.4 A Extensão do Cânon do Antigo Testamento

A aceitação inicial dos 22 livros das Escrituras hebraicas, correspondendo exatamente aos nossos 39, não resolveu definitivamente a questão. Ao longo das eras, estudiosos, nem sempre plenamente cientes dos detalhes dessa aceitação original, levantaram questões sobre determinados livros, gerando discussões que deram origem a uma terminologia técnica.

Os livros bíblicos aceitos por todos eram denominados "homologoumena" (falados como um). Aqueles que, em algum momento, foram questionados por alguns eram classificados como "antilegomena" (falados contra). Os livros não-bíblicos rejeitados universalmente recebiam a designação de "pseudepígrafos" (escritos falsos). Uma quarta categoria incluía livros não-bíblicos aceitos por

alguns, mas rejeitados por outros, como os livros questionáveis chamados "apócrifos" (escondidos ou duvidosos).

Nossa abordagem se concentrará nessa classificação em quatro tipos, explorando como os estudiosos categorizaram os livros sagrados ao longo do tempo e como essas designações refletem a complexidade da questão da canonicidade.

➤ *Os livros aceitos por todos — homologoumena*

A canonicidade de alguns livros nunca foi desafiada por nenhum dos grandes rabinos da comunidade judaica. Estes livros, aceitos pelo povo de Deus como documentos produzidos pelos profetas divinamente inspirados, mantiveram-se ao longo das gerações como detentores inquestionáveis de inspiração e autoridade divina. Trinta e quatro dos 39 livros do Antigo Testamento podem ser classificados como "homologoumena". Os cinco restantes, Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Ester, Ezequiel e Provérbios, embora não tenham enfrentado objeções muito sérias, merecem nossa atenção ao explorar a complexidade da aceitação canônica desses textos sagrados.

➤ *Os livros rejeitados por todos — pseudepígrafos*

Um considerável número de documentos religiosos espúrios que circulavam na antiga comunidade judaica é conhecido como "pseudepígrafos". Nem tudo nesses escritos "pseudepígrafos" é completamente falso. De fato, a maior parte desses documentos originou-se dentro de um contexto de fantasia ou tradição religiosa, muitas vezes com raízes em alguma verdade. Essa especulação espiritual frequentemente se baseava em detalhes pouco elucidados nas Escrituras canônicas. Um exemplo disso é a tradição especulativa sobre o patriarca Enoque, que provavelmente deu origem ao livro de Enoque. Da mesma forma, a curiosidade sobre a morte e a glorificação de Moisés parece ser a motivação por trás do livro Assunção de Moisés.

No entanto, essa especulação não implica que esses livros sejam destituídos de verdade. Pelo contrário, o Novo Testamento faz referência a verdades presentes nesses dois livros (ver Judas 14,15) e até mesmo alude à resistência dos magos egípcios Janes e Jambres (2 Timóteo 3.8). No entanto, esses livros não

são citados como tendo autoridade divina, como Escrituras inspiradas. Assim como as citações que Paulo faz de poetas não-cristãos, como Arato (Atos 17.28), Menandro (1 Coríntios 15.33) e Epimênides (Tito 1.12), essas referências apenas destacam verdades objetivas, presentes em obras que, por si só, não possuem autoridade divina.

É crucial observar que nenhuma fórmula como "está escrito" ou "segundo as Escrituras" é utilizada quando o escritor sagrado se refere a tais obras pseudepígrafas. É possível que o aspecto mais perigoso desses falsos escritos seja a apresentação de alguns elementos da verdade com palavras de suposta autoridade divina, inseridos em um contexto de fantasias religiosas que geralmente contêm heresias teológicas. É essencial lembrar que Paulo cita apenas aquela faceta da verdade, não o livro pagão como um todo, como um conceito ao qual Deus atribuiu autoridade e que consta do Novo Testamento.

a) A natureza dos pseudepígrafos: Os pseudepígrafos do Antigo Testamento constituem um conjunto de escritos que reflete os extremos da fantasia religiosa judaica, abrangendo o período entre 200 a.C. e 200 d.C. Esses documentos variam em teor teológico, sendo que alguns, como o Salmo 151, são inofensivos nesse aspecto. No entanto, outros apresentam erros históricos e heresias evidentes. A genuinidade desses livros é vigorosamente desafiada devido à afirmação de terem sido escritos por autores bíblicos.

Os pseudepígrafos refletem o estilo literário predominante em um período muito posterior ao encerramento dos escritos proféticos. Muitos desses livros imitam o estilo apocalíptico presente nos livros de Ezequiel, Daniel e Zacarias, frequentemente referindo-se a sonhos, visões e revelações. No entanto, ao contrário desses profetas, os pseudepígrafos tendem a adotar elementos mágicos em suas narrativas.

Essas obras destacam, principalmente, uma visão messiânica brilhante, prometendo recompensas para aqueles que vivem em sofrimento e abnegação. Embora muitas vezes contenham motivos religiosos aparentemente inocentes, a reivindicação infundada de autoridade divina, a natureza altamente fantasiosa dos eventos descritos e os ensinamentos questionáveis, e por vezes heréticos, levaram os líderes do judaísmo a

considerá-los espúrios. Consequentemente, esses livros foram devidamente rotulados como "pseudepígrafos".

b) O número dos pseudepígrafos: A coleção de "pseudepígrafos" engloba dezessete livros, aos quais podemos adicionar o Salmo 151, presente na versão do Antigo Testamento elaborada pelos Setenta. A lista principal desses escritos é a seguinte:

Lendários	<ol style="list-style-type: none"> 1. O livro do Jubileu; 2. Epístola de Aristéias; 3. O livro de Adão e Eva; 4. O martírio de Isaías.
Apocalípticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. 1 Enoque; 2. Testamento dos doze patriarcas; 3. O oráculo sibilino; 4. Assunção de Moisés; 5. 2 Enoque, ou O livro dos segredos de Enoque; 6. 2 Baruque, ou O apocalipse siríaco de Baruque; 7. 3 Baruque, ou O apocalipse grego de Baruque.
Didáticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. 3 Macabeus; 2. 4 Macabeus; 3. Pirque Abote; 4. A história de Aicar.
Poéticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Salmos de Salomão; 2. Salmo 151.
Históricos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fragmentos de uma obra de Sadoque

Essa lista está longe de ser exaustiva. Existem outros documentos, incluindo alguns bastante intrigantes, que vieram à tona com a descoberta dos Rolos do Mar Morto. Entre esses, destacam-se o Gênesis apócrifo e a Guerra dos Filhos da Luz contra os Filhos das Trevas, entre outros.

➤ Os livros questionados por alguns — antilegômeno

a) A natureza dos antilegômena: Os livros que, inicialmente, foram amplamente aceitos como canônicos, eventualmente enfrentaram questionamentos em diferentes momentos da história judaica. Cântico dos Cânticos, Eclesiastes, Ester, Ezequiel e Provérbios foram os cinco livros cuja canonicidade foi posta em dúvida em diversas ocasiões por mestres do judaísmo. Cada um desses livros tornou-se objeto de controvérsia por razões distintas. No entanto, ao longo do tempo, prevaleceu a convicção da autoridade divina desses cinco livros.

- *Cântico dos Cânticos*. Alguns estudiosos da escola de Shammai consideravam o Cântico dos Cânticos como sendo essencialmente sensual. Em uma tentativa de dissipar a controvérsia e defender a canonicidade do livro, o rabino Aquiba escreveu o seguinte:

Livre-nos Deus! Ninguém jamais em Israel criou controvérsia acerca do Cântico dos Cânticos, alegando não tornar imundas as mãos [i.e., não ser canônico]; todas as eras somadas não equivalem ao dia em que o Cântico dos Cânticos foi dado a Israel Todos os Escritos são santos, mas o Cântico dos Cânticos é o Santo dos Santos. (Herbert DANBY, *The Mishnah*, Oxford, Oxford University Press», 1933, p, 782.)

Como bem observaram alguns, o simples fato de surgir uma declaração desse teor mostra que alguém duvidou da pureza do livro. Quaisquer que tenham sido as dúvidas voltadas para o alegado caráter sensual do Cântico dos Cânticos, foram mal orientadas. É muito mais provável que a pureza e a nobreza do casamento façam parte do propósito essencial desse livro. Sejam quais forem as questões levantadas a respeito das várias interpretações, não deve prevalecer nenhuma dúvida concernente à inspiração desse livro, desde que seja visto da perspectiva espiritual correta.

- *Eclesiastes*. A objeção que às vezes é atirada contra esse livro é que ele parece cético. Alguns até o têm chamado de "O cântico do ceticismo". O rabino Aquiba dizia: "Se há algo em questão, a questão gira em torno só do Eclesiastes [e não do Cântico]". Não resta a menor dúvida a respeito do tom às vezes cético do livro: "Vaidade das vaidades [...] tudo é vaidade! [...] nada há novo debaixo do sol [...] na muita sabedoria há muito enfado; o que aumenta o conhecimento aumenta a tristeza" (Ec 1.2,9,18).

O que se negligência quando se acusa o livro de ceticismo é tanto o contexto dessas declarações quanto a conclusão geral do livro. Qualquer pessoa que procure a máxima satisfação "dabaixo do sol" com toda certeza há de sentir as mesmas frustrações sofridas por Salomão, visto que a felicidade eterna não se encontra neste mundo temporal.

Além do mais, a conclusão e o ensino genérico desse livro todo estão longe de ser céticos. Depois "de tudo o que se tem ouvido", o leitor é admoestado, "a conclusão é: Teme a Deus, e guarda os seus mandamentos, pois isto é todo o dever do homem" (Ec 12.13). Tanto no que se refere ao Eclesiastes como ao Cântico dos Cânticos, o problema básico é de interpretação do texto e não de canonização ou inspiração.

- *Ester*. Diante da ausência do nome de Deus no livro de Ester, alguns questionaram sua inspiração. Indagavam como um livro poderia ser considerado Palavra de Deus se não apresentasse sequer o Seu nome. Além disso, a narrativa do livro parece ter uma natureza puramente secular. Como resultado, diversas tentativas foram feitas para explicar o fenômeno da aparente omissão do nome de Deus em Ester.

Alguns acreditavam que os judeus persas não estavam na linhagem teocrática, e, portanto, o nome do Deus da aliança não se relacionava diretamente a eles. Outros sustentavam que a exclusão do nome de Deus era proposital, visando proteger o livro da possibilidade de plágio pagão, evitando que o nome de Deus fosse substituído por um falso deus. Havia ainda quem identificasse o nome de Jeová ou Iavé (YHWH)

em um acróstico em quatro momentos cruciais da história, eliminando assim essa possibilidade.

Independentemente da explicação adotada, uma coisa é certa: a ausência do nome de Deus em Ester é compensada pela evidente presença de Deus na preservação do Seu povo. Ester e as pessoas ao seu redor eram devotas; um jejum religioso foi prescrito, e Ester demonstrou grande fé (Et 4.16). O fato de Deus ter concedido um grande livramento, conforme narrado no livro, serve como fundamento e razão para a celebração da festa judaica do Purim (Et 9.26-28). Este evento é suficiente para demonstrar a autoridade atribuída ao livro dentro do contexto do judaísmo.

- *Ezequiel*. Dentro da escola rabínica, surgiram opiniões divergentes quanto à natureza do livro de Ezequiel. Algumas pessoas, particularmente na escola de Shammai, acreditavam que o livro era antimosaico em seu ensino. Essa linha de pensamento argumentava que Ezequiel não estava em harmonia com a lei mosaica, especialmente nos primeiros dez capítulos, os quais supostamente exibiam uma tendência para o gnosticismo.

A divergência de opiniões levantava a questão de se o livro poderia ser considerado canônico, uma vez que, se houvesse contradições em relação à Torá (a lei de Moisés), sua canonicidade seria questionada. Entretanto, não foram identificadas contradições reais em relação à Torá no livro de Ezequiel. Parece que, mais uma vez, a controvérsia estava relacionada à interpretação do texto, não à questão da inspiração divina.

- *Provérbios*. A objeção ao livro de Provérbios estava relacionada à percepção de que alguns de seus ensinamentos eram incompatíveis entre si. Alegava-se que certas palavras do livro contradiziam umas às outras, gerando uma suposta incoerência interna. O Talmude, no tratado "Shabbath" (30b), reflete essa preocupação ao mencionar que "também procuraram esconder o livro de Provérbios, porque suas palavras se contradiziam entre si".

Um exemplo frequentemente citado dessa suposta contradição encontra-se no capítulo 26, onde o leitor é instruído a responder e, ao mesmo tempo, não responder ao tolo de acordo com sua tolice: "Responde ao tolo segundo a sua estultícia, para que não seja ele sábio aos seus próprios olhos" (Pv 26.4,5). No entanto, outros rabis observaram que o sentido dessa passagem é que há momentos apropriados para responder ou não a um tolo, dependendo da situação. A frase qualificativa que indica quando se deve ou não responder revela que as circunstâncias que exigem reações diferentes são distintas. A forma poética hebraica, com declarações explícitas em versículos sucessivos, torna legítima essa interpretação.

Assim, não há contradição evidente em Provérbios 26, e nenhuma contradição foi demonstrada em outras passagens do livro. Portanto, não há impedimento para a canonicidade do livro de Provérbios.

➤ *Os livros aceitos por alguns — apócrifos*

O ponto de discordância mais significativo entre os cristãos no contexto do cânon do Antigo Testamento é o debate sobre os chamados livros apócrifos. Em linhas gerais, esses livros são aceitos pelos católicos romanos como canônicos, enquanto são rejeitados por protestantes e judeus. A própria palavra "apócrifos" reflete o dilema inerente às duas concepções de sua canonicidade. No grego clássico, "apócrifo" significava "oculto" ou "difícil de entender". Com o tempo, adquiriu a conotação de esotérico, referindo-se a algo compreendido apenas pelos iniciados, não pelos não iniciados. Na época de Irineu e Jerônimo, nos séculos III e IV, o termo "apócrifo" passou a ser aplicado aos livros não canônicos do Antigo Testamento, inclusive àqueles anteriormente classificados como "pseudepígrafos".

Desde a era da Reforma, a palavra tem sido utilizada para designar os escritos judaicos não canônicos originários do período intertestamentário. A questão crucial que se coloca é: esses livros eram ocultos para serem preservados devido à profundidade e espiritualidade de sua mensagem, ou eram considerados espúrios, duvidosos em confiabilidade, e, por isso, foram escondidos?

Essa disputa destaca a ambiguidade que envolve os apócrifos e reflete divergências fundamentais nas interpretações e valorizações desses textos dentro das tradições cristãs.

a) *Natureza e número dos apócrifos do Antigo Testamento.* Existem quinze livros conhecidos como apócrifos (ou catorze, se considerarmos a Epístola de Jeremias como parte de Baruque, conforme acontece nas versões católicas de Douai). Esses livros, à exceção de 2 Esdras, ocupam o intervalo entre Malaquias e Mateus, abrangendo especificamente dois ou três séculos antes de Cristo. Nas próximas páginas, você encontrará suas datas e classificações:

- *Argumentos em prol da aceitação dos apócrifos do Antigo Testamento.* Os livros apócrifos do Antigo Testamento têm sido objeto de diferentes graus de aceitação entre os cristãos. A maioria dos protestantes e judeus reconhece seu valor religioso e histórico, mas não lhes atribui autoridade canônica. Os católicos romanos, desde o Concílio de Trento, consideram esses livros como canônicos. Recentemente, os católicos romanos têm defendido a ideia de uma deutero-canonicidade, embora os livros apócrifos ainda sejam utilizados para respaldar doutrinas extrabíblicas, tendo sido proclamados como livros de inspiração divina no Concílio de Trento. Outros grupos, como os anglicanos e várias igrejas ortodoxas, mantêm concepções diversas sobre os livros apócrifos. A seguir, apresentamos um resumo dos argumentos geralmente aduzidos para a aceitação desses livros, acreditando que possuem algum tipo de canonicidade:

1. *Alusões no Novo Testamento.* O Novo Testamento reflete e registra alguns acontecimentos dos apócrifos, demonstrando sua influência e referindo-se a eles em algumas passagens. Por exemplo, o livro de Hebreus menciona mulheres que receberam seus mortos pela ressurreição (Hb 11,35) e faz referência a eventos descritos em 2 Macabeus 7 e 12. Os chamados apócrifos ou pseudepígrafos são também citados em sua amplitude pelo Novo Testamento, como evidenciado em passagens como Judas 14,15 e 2 Timóteo 3.8. Essas referências indicam uma relação de conhecimento e

interação entre os escritores do Novo Testamento e os textos apócrifos, contribuindo para a compreensão do contexto cultural e religioso da época.

2. *Emprego que o Novo Testamento faz da versão dos Septuaginta.* A tradução grega do Antigo Testamento hebraico, realizada em Alexandria, é conhecida como Septuaginta (LXX). Essa versão é a mais frequentemente citada pelos autores do Novo Testamento e pelos primeiros cristãos. Vale ressaltar que a LXX incluía os livros apócrifos em sua composição. A presença desses livros na Septuaginta contribuiu para o suporte do cânon alexandrino, que era mais amplo em comparação ao cânon palestino, este último sendo mais restrito e omitindo os livros apócrifos. Essa diferença reflete a diversidade de tradições canônicas entre as comunidades judaicas da época.
3. *Os mais antigos manuscritos completos da Bíblia.* Os manuscritos gregos mais antigos da Bíblia, como Aleph, A e B, apresentam os livros apócrifos integrados entre os livros do Antigo Testamento. Esses manuscritos fornecem evidências de que os livros apócrifos faziam parte da Bíblia cristã original. Essa inclusão inicial desses escritos nas cópias mais antigas destaca a aceitação e a consideração desses livros por parte das comunidades cristãs iniciais, influenciando a composição e a transmissão do cânon bíblico ao longo do tempo.
4. *A arte cristã primitiva.* Algumas das mais antigas manifestações da arte cristã revelam a influência e o uso dos apócrifos. Nas representações encontradas nas catacumbas, observamos que, por vezes, a arte cristã se baseava em narrativas dos fiéis registradas no período intertestamentário. Essa interação entre a arte e os escritos apócrifos destaca não apenas a presença desses textos na cultura cristã, mas também sua contribuição para a expressão artística e visual das histórias e ensinamentos cristãos nas comunidades primitivas.

5. *Os primeiros pais da igreja.* Alguns dos mais antigos pais da igreja, especialmente os do Ocidente, não apenas aceitaram, mas também utilizaram os livros apócrifos em seus ensinamentos e sermões. Mesmo no Oriente, Clemente de Alexandria reconheceu 2 Esdras como completamente canônico, evidenciando uma aceitação mais ampla desses textos sagrados. Orígenes incluiu Macabeus, bem como a Epístola de Jeremias, na lista de livros canônicos da Bíblia. Irineu fez menção ao Livro da Sabedoria, e diversos pais da igreja citaram outros livros apócrifos em seus escritos, demonstrando a variedade de aceitação e uso desses textos nas comunidades cristãs primitivas.

TABELA DE LIVROS APÓCRIFOS

Gênero do livro	Versão revista padrão	Versão de Doual
Didático	1. Sabedora de Salomão (c. 30 a.C.)	O livro da sabedoria
	2. Eclesiástico (Siraque) (132 a.C.)	Eclesiástico
Religioso	3. Tobias (c. 200 a.C.)	Tobias
Romance	4. Judite (c. 150 a.C.)	Judite
Histórico	5. 1Esdras (c. 150-100 a.C.)	3Esdras
	6. 1Macabeus (c. 110 a.C.)	1Macabeus
	7. 2Macabeus (c. 110-70 a.C.)	2Macabeus
Profético	8. Baruque (c. 150-50 a.C.)	Baruque 1-5
	9. Epístola de Jeremias (c. 300-100 a.C.)	Baruque 6
	10. 2Esdras (c. 100 a.C.)	4Esdras
Lendário	11. Adições a Ester (140-110 a.C.)	Ester 10:4 – 16:24
	12. Oração de Azarias (séculos I ou II a.C.) (Cântico dos três jovens)	Daniel 3:24-90 Daniel 13

	13. Susana (século I ou II a.C.)	Daniel 14
	14. Bel e o Dragão (c. 100 a.C.)	Oração de Manassés
	15. Oração de Manassés (século I ou II a.C.)	

6. *A influência de Agostinho.* Agostinho (c. 354-430) desempenhou um papel crucial na elevação da tradição ocidental em relação aos livros apócrifos ao seu ápice, ao conferir-lhes status canônico. Sua influência foi notável nos concílios da igreja, realizados em Hipona (393 d.C.) e Cartago (397 d.C.), nos quais os apócrifos foram oficialmente reconhecidos como canônicos. A partir desse ponto, a igreja ocidental passou a incorporar os apócrifos em seus rituais de culto público. Essa aceitação significativa por parte de Agostinho e sua posterior incorporação nos concílios marcaram um momento crucial na história da igreja em relação à aceitação dos livros apócrifos.

7. *O Concílio de Trento.* Em 1546, o Concílio Católico Romano de Trento, realizado no contexto da pós-Reforma, proclamou oficialmente os livros apócrifos como canônicos. Esta declaração significou um ponto crucial na resposta da Igreja Católica à Reforma Protestante, solidificando a aceitação dos livros apócrifos como parte integral do cânon sagrado. O Concílio afirmou a autoridade e inspiração divina desses livros, incorporando-os de maneira definitiva ao conjunto das Sagradas Escrituras reconhecidas pela Igreja Católica. Essa decisão teve importantes repercussões na configuração do cânon bíblico adotado por diferentes tradições cristãs.

8. *Uso não católico.* Desde a Reforma, muitas Bíblias protestantes passaram a incluir, com frequência, os livros apócrifos. Este fenômeno evidencia a diversidade de práticas entre diferentes

tradições protestantes em relação ao cânon. Nas igrejas anglicanas, por exemplo, os apócrifos são lidos regularmente nos cultos públicos, sendo tratados como parte integrante das Escrituras, ao lado dos demais livros do Antigo e do Novo Testamento. Essa prática destaca a abertura para a consideração e uso dos livros apócrifos em determinadas correntes do protestantismo. Além disso, as igrejas de tradição ortodoxa oriental também reconhecem e utilizam os apócrifos, refletindo a diversidade de abordagens no cenário cristão em relação a esses escritos.

9. *A comunidade do mar Morto.* Os livros apócrifos, descobertos entre os rolos da comunidade do Mar Morto, em Qumran, oferecem uma perspectiva fascinante sobre sua presença e uso entre os judeus palestinos antes da era de Jesus. Escritos em hebraico, esses livros indicam uma conexão sólida com a tradição judaica da época. A abordagem que defende a aceitação dos livros apócrifos destaca a ampla utilização desses textos pelos cristãos desde os primórdios do cristianismo, sugerindo que essa aceitação se estendeu ao longo do tempo e do espaço.

Essa postura argumenta que a tradição contínua do uso dos livros apócrifos por parte dos cristãos, culminando no reconhecimento oficial no Concílio de Trento em 1546, é uma evidência significativa de sua aceitação como inspirados por Deus. Mesmo entre não católicos, observa-se a consideração dos livros apócrifos como paracanônicos, refletida em suas Bíblias e práticas litúrgicas. Essa longa tradição destaca a complexidade e diversidade de opiniões sobre os livros apócrifos dentro do contexto cristão.

➤ *Razões por que se rejeita a canonicidade dos apócrifos*

Os opositores dos livros apócrifos têm sustentado várias razões para excluí-los do cânon das Escrituras consideradas canônicas. A seguir, serão apresentados esses argumentos na mesma ordem utilizada pelos defensores da aceitação de um cânon mais amplo.

1. *A autoridade do Novo Testamento.* O Novo Testamento nunca faz referência a um livro apócrifo indicando-o como inspirado. As alusões a esses livros não conferem autoridade a eles, assim como as referências a poetas pagãos no Novo Testamento não os consideram divinamente inspirados. Além disso, o fato de o Novo Testamento citar quase todos os livros canônicos do Antigo Testamento, delineando seu conteúdo e limites e omitindo os apócrifos, sugere claramente sua exclusão do cânon hebraico.

Ao analisar a evidência do Novo Testamento, torna-se evidente que os autores neotestamentários não reconheciam os livros apócrifos como parte do cânon inspirado. Em vez disso, as referências e citações são consistentes com a lista canônica tradicional do Antigo Testamento, excluindo os apócrifos.

O historiador judeu Josefo também desempenha um papel crucial na rejeição dos apócrifos, já que explicitamente lista apenas 22 livros canônicos, excluindo os apócrifos. Sua posição reflete a tradição judaica contemporânea, que não reconhecia os apócrifos como parte da Escritura inspirada.

Dessa forma, ao considerar as referências do Novo Testamento e a tradição judaica representada por Josefo, a exclusão dos livros apócrifos do cânon hebraico é clara e coerente com a visão dos autores bíblicos e da comunidade judaica da época.

2. *A tradução dos Septuaginta.* A Palestina, e não Alexandria, era o verdadeiro lar do cânon judaico. A autoridade para determinar com precisão quais livros pertenciam ao Antigo Testamento judaico residia na Palestina, não no grande centro grego de Alexandria, no Egito. É crucial distinguir entre o local de tradução e o de canonização. Alexandria desempenhou um papel na tradução, não na decisão canônica.

A presença dos apócrifos na Septuaginta (LXX) não indica que eles eram canônicos, mas sim que os judeus alexandrinos traduziram esses livros junto com os canônicos. Filo, um judeu alexandrino da época de

Cristo, rejeitou claramente a canonicidade dos apócrifos, alinhando-se com o judaísmo oficial em outras regiões e épocas.

É importante observar que as cópias existentes da LXX datam do século IV d.C., o que não fornece uma confirmação definitiva sobre quais livros estavam presentes na LXX em períodos anteriores. A conclusão é que o cânon judaico tinha sua base na Palestina, e não em Alexandria, reforçando a rejeição da canonicidade dos apócrifos pela tradição judaica oficial.

3. *A Bíblia cristã primitiva.* Os mais antigos manuscritos gregos da Bíblia que datam do século IV seguem a tradição da Septuaginta (LXX), que inclui os apócrifos. Vale ressaltar que a LXX era uma tradução grega e não refletia o cânon hebraico. Embora Jesus e os escritores do Novo Testamento frequentemente citassem a LXX, nunca mencionaram um único livro dos apócrifos. A presença dos apócrifos nas Bíblias cristãs do século IV indicava que, até certo ponto, esses livros eram aceitos por alguns cristãos naquela época.

No entanto, é crucial destacar que isso não implica que judeus, cristãos como um todo ou a igreja em geral, aceitaram esses livros como canônicos. A ausência de referências diretas aos apócrifos no Novo Testamento e a tradição judaica reforçam a distinção entre o cânon hebraico e a aceitação limitada dos apócrifos por parte de alguns setores do cristianismo no século IV.

4. *A arte cristã primitiva.* As representações artísticas encontradas nas catacumbas não constituem uma base confiável para determinar a canonicidade dos apócrifos. O fato de haver representações desses livros em obras de arte indica apenas que os crentes daquela época estavam cientes dos acontecimentos do período intertestamentário e os consideravam como parte de sua herança religiosa. No entanto, a arte cristã primitiva por si só não tem o poder de decidir ou resolver a questão da canonicidade dos apócrifos. A avaliação da canonicidade deve ser fundamentada em critérios teológicos, históricos e contextuais mais sólidos.

5. *Os primeiros pais da igreja.* Vários dos proeminentes pais da igreja nos primeiros séculos, incluindo Melito, Orígenes, Cirilo de Jerusalém e Atanásio, manifestaram oposição aos apócrifos. É importante observar que nenhum dos pais da igreja de grande relevância, anteriores a Agostinho, aceitou todos os livros apócrifos que foram posteriormente canonizados pelo Concílio de Trento. Essa posição revela que a aceitação dos apócrifos não foi uniforme entre os líderes e pensadores cristãos nos primeiros séculos do cristianismo.
6. *O cânon de Agostinho.* O testemunho de Agostinho, embora influente, não é considerado definitivo e está sujeito a interpretações diversas. Agostinho, em algumas ocasiões, sugere que os apócrifos possuíam uma deuterocanonicidade, ou seja, uma canonicidade secundária, não absoluta (Cidade de Deus, 18,36). Além disso, é importante notar que os Concílios de Hipona e Cartago, nos quais Agostinho teve influência, foram concílios locais de dimensões limitadas e não contaram com a presença de estudiosos hebreus qualificados. Jerônimo, um renomado especialista hebreu da época, argumentou veementemente contra Agostinho, rejeitando a canonicidade dos apócrifos. Jerônimo chegou ao ponto de se recusar a traduzir os apócrifos para o latim, excluindo-os de suas versões da Vulgata Latina. Somente após a morte de Jerônimo é que os livros apócrifos foram incorporados à Vulgata Latina, em um processo que ocorreu em meio a debates e resistências.
7. *O Concílio de Trento.* A ação do Concílio de Trento foi simultaneamente polêmica e controversa. Durante os debates com Lutero, os católicos romanos haviam citado o Livro dos Macabeus em apoio à prática da oração pelos mortos (2 Macabeus 12.45,46). Em resposta, Lutero e os protestantes desafiaram a canonicidade desse livro, apresentando argumentos baseados no Novo Testamento, nos primeiros pais da igreja e nos mestres judeus. O Concílio de Trento reagiu a essas contestações canonizando os livros apócrifos.

Entretanto, a decisão do Concílio foi polêmica e prejudicial, pois nem todos os catorze (ou quinze) livros apócrifos foram aceitos de forma

unânime. Livros como Primeiro e Segundo Esdras e a Oração de Manassés foram rejeitados, e a exclusão de 2 Esdras é particularmente suspeita, dado que contém um versículo que contradiz a prática da oração pelos mortos (2 Esdras 7.105). A rejeição de certos livros apócrifos levanta dúvidas sobre a consistência da decisão conciliar.

Na mesma época, figuras importantes dentro da Igreja Católica, como o cardeal Cajetan e o cardeal Ximenes, publicaram obras que omitiam os apócrifos, evidenciando a falta de unanimidade na aceitação desses livros. Os protestantes, em geral, rejeitaram a decisão do Concílio de Trento, argumentando que ela não tinha uma base sólida e não refletia um consenso universal dentro da igreja.

8. *Uso não-católico.* A utilização dos livros apócrifos entre as igrejas ortodoxas, anglicanas e protestantes tem sido variada e diferenciada. Algumas igrejas os incorporam regularmente em seus cultos públicos, enquanto muitas Bíblias incluem traduções dos livros apócrifos, geralmente posicionados em uma seção separada entre o Antigo e o Novo Testamento. Embora não-católicos façam uso desses livros em suas práticas devocionais, eles nunca atribuíram a mesma autoridade canônica aos apócrifos em comparação com o restante da Bíblia. O emprego dos apócrifos por não-católicos é mais comum em contextos devocionais do que em afirmações doutrinárias.

9. *Os rolos do mar Morto.* A biblioteca de Qumran revelou a presença de diversos livros não-canônicos, como comentários e manuais, indicando uma variedade de escritos na comunidade. Entretanto, não foram encontrados comentários ou citações autorizadas sobre os livros apócrifos na biblioteca de Qumran, sugerindo a ausência de evidências de que esses livros eram considerados inspirados por essa comunidade. Presume-se, portanto, que essa comunidade cristã não atribuía caráter canônico aos apócrifos. Mesmo que existissem evidências em contrário, é importante notar que esse grupo era uma seita separada do judaísmo oficial, o que poderia indicar uma falta de ortodoxia em algumas

crenças. No entanto, no que diz respeito à canonicidade do Antigo Testamento, não há indícios de que aceitassem os livros apócrifos.

Desta forma, podemos concluir que o cânon do Antigo Testamento, até o período de Neemias, consistia em 22 (ou 24) livros em hebraico, correspondentes aos 39 livros nas Bíblias cristãs, estabelecido por volta do século IV a.C. As objeções posteriores a essa época não alteraram o conteúdo do cânon. Os chamados livros apócrifos, escritos após esse período, ganharam circulação significativa entre os cristãos devido à influência da tradução grega de Alexandria. Alguns dos primeiros pais da igreja, especialmente no Ocidente, mencionaram esses livros em seus escritos, ampliando seu uso eclesiástico sob a influência, em grande parte, de Agostinho. Contudo, até a época da Reforma, esses livros não eram considerados canônicos. A canonização ocorrida no Concílio de Trento não conta com um respaldo histórico consistente, sendo uma decisão polêmica e suscetível a preconceitos, conforme já demonstrado.

3.5 O Desenvolvimento do Cânon do Novo Testamento

A história do cânon do Novo Testamento diverge da do Antigo Testamento em vários aspectos. Inicialmente, devido ao cristianismo ser uma religião internacional desde o seu início, não havia uma comunidade profética fechada encarregada de receber e compilar os livros inspirados em um local específico. Coleções eram formadas em diferentes regiões, completando-se gradualmente, mas não existia uma entidade oficial que controlasse os escritos inspirados. Como resultado, o processo de aceitação universal de todos os escritos apostólicos levou muitos séculos. Felizmente, devido à disponibilidade de textos, há mais manuscritos do cânon do Novo Testamento em comparação com o Antigo.

Outra diferença notável entre as histórias do cânon do Antigo e do Novo Testamento é que, uma vez que as discussões resultaram no reconhecimento dos 27 livros canônicos do Novo Testamento, não houve mais movimentos dentro do cristianismo para acrescentar ou eliminar livros. O cânon do Novo Testamento alcançou um consenso dentro da igreja.

➤ A confirmação da compilação oficial dos livros canônicos.

A confirmação da canonicidade do Novo Testamento é evidente de várias maneiras. Logo após a era dos apóstolos, nos escritos dos primeiros pais da igreja, observa-se o reconhecimento da inspiração de todos os 27 livros do Novo Testamento. Além do testemunho dos apóstolos, temos o respaldo das antigas versões, listas canônicas e pronunciamentos de Concílios eclesiásticos. Todos esses elementos formam um elo de reconhecimento desde a concepção do cânon nos dias dos apóstolos até a confirmação irrevogável pela igreja universal no final do século IV. Essa convergência de evidências reforça a aceitação e a autoridade dos livros do Novo Testamento ao longo da história da igreja primitiva.

a) *O testemunho dos pais da Igreja sobre o cânon.* Todos os autores do Novo Testamento são mencionados por pelo menos um pai apostólico como detentores de autoridade divina. Esses pais da igreja, que surgiram uma ou duas gerações após o encerramento do Novo Testamento (ou seja, antes de 150 d.C), desempenharam um papel fundamental ao constituir o elo ininterrupto na reivindicação da inspiração divina desses escritos. Representam a ligação vital desde os tempos dos apóstolos, através da fundação da igreja, sem interrupção, ao longo dos séculos e milênios subsequentes. O testemunho contínuo desses pais apostólicos fortalece a autoridade e a inspiração divina dos escritos do Novo Testamento ao longo da trajetória histórica da igreja primitiva.

- *Os primeiros pais da igreja* - Os escritos mais antigos do cristianismo são ricos em referências às Escrituras do Novo Testamento. Em muitas dessas citações, observamos o uso de designações autorizadas semelhantes às empregadas pelos próprios autores do Novo Testamento quando citavam o Antigo. A pretensa Epístola de Barnabé (c. 70-130), erroneamente atribuída ao companheiro de Paulo, cita Mateus 26.31 como algo "dito por Deus" (5.12) e se refere a Mateus 22.14 como "Escritura" (4.14). Clemente de Roma, em sua Epístola aos coríntios (c. 95-97), denomina os evangelhos sinóticos (Mateus, Marcos e Lucas) como "Escrituras", utilizando também expressões como "Deus disse" e "está escrito" para indicar passagens do Novo Testamento (cf. caps. 36 e

46). Inácio de Antioquia (110 d.C.) faz várias citações do Novo Testamento em suas sete cartas. Policarpo (c. 110-135), discípulo do apóstolo João, cita livros do Novo Testamento em sua Epístola aos filipenses, por vezes introduzindo as citações com termos como "dizem as Escrituras" (cf. cap. 12). A obra conhecida como O pastor, de Hermas (c. 115-140), escrita em estilo apocalíptico, apresenta numerosas referências ao Novo Testamento. O didaquê (c. 100-120), ou Ensino dos doze apóstolos, contém várias citações livres do Novo Testamento. Papias (c. 130-140) inclui o Novo Testamento em um livro chamado "Interpretação dos discursos do Senhor", expressão semelhante à usada por Paulo em referência ao Antigo Testamento em Romanos 3.2. A chamada Epístola a Diogneto (c. 150) faz muitas alusões ao Novo Testamento sem especificar as fontes originais.

O que se destaca no uso dos pais apostólicos do Novo Testamento é a clara percepção de que esses escritos eram considerados inspirados por Deus, assim como o Antigo Testamento. As citações frequentemente são feitas de maneira livre, sem a necessidade de mencionar a fonte original. No entanto, ao ler os escritos dos pais apostólicos, torna-se evidente que os livros do Novo Testamento eram venerados com a mesma estima atribuída ao Antigo Testamento.

- *Pais da igreja de época posterior* - A partir da segunda metade do século II, encontramos um apoio contínuo à reivindicação de inspiração feita pelo Novo Testamento por parte dos pais da igreja. Justino Mártir (m. 165) considerava os evangelhos como "a voz de Deus" (Apologia, 1,65), afirmando que a linguagem provinha da Palavra Divina que os move. Taciano (c. 110-180), discípulo de Justino, cita João 1.5 como "Escritura" em sua Apologia, capítulo 13. Irineu (c. 130-202) defendia que o Pai de todos deu o poder do evangelho aos apóstolos, que, por vontade de Deus, legaram as Escrituras como "pilar e alicerce" da fé (Contra heresias, 5,67).

Clemente da Alexandria (c. 150-215) equipara os dois Testamentos, o Novo e o Antigo, como igualmente inspirados por Deus, com autoridade

divina. Tertuliano (c. 160-220) assegura que os quatro evangelhos são edificadas na base certa da autoridade apostólica e são inspirados de maneira muito diferente dos escritos de um cristão espiritual. Hipólito (c. 170-236), discípulo de Irineu, oferece uma declaração definitiva sobre a inspiração, afirmando que os escritores do Novo Testamento foram movidos pelo Espírito da profecia e falavam do que lhes era revelado unicamente por Deus (Tratado sobre Cristo e o Anticristo).

Orígenes (c. 185-254), professor em Alexandria, acreditava que o Espírito inspirou cada santo, seja profeta ou apóstolo, e que as Escrituras foram escritas pelo Espírito em sua plenitude e inteireza (Dos princípios). O bispo Cipriano (c. 200-258) afirmava claramente a inspiração do Novo Testamento, considerando-o como "Escrituras Divinas" dadas pelo Espírito Santo. Eusébio de Cesaréia (c. 265-340), historiador da igreja, catalogou os livros inspirados dos dois Testamentos em sua História eclesiástica. Atanásio de Alexandria (c. 295-373), conhecido como o "pai da ortodoxia", foi o primeiro a usar a palavra cânon em referência aos livros do Novo Testamento.

Cirilo de Jerusalém (c. 315-316) reconhece as "Escrituras divinamente inspiradas tanto do Antigo como do Novo Testamento" e instrui os fiéis a aprender diligentemente, com a igreja, quais são os livros do Antigo e do Novo Testamento, exortando-os a não lerem nenhum dos escritos apócrifos (Das Escrituras sagradas). Esses testemunhos dos pais da igreja na segunda metade do século II até o século IV confirmam e fortalecem a aceitação e reconhecimento da inspiração divina do Novo Testamento.

3.6 A Extensão do Cânon do Novo Testamento

➤ Os livros aceitos por todos — homologoumena

Assim como no Antigo Testamento, a maioria dos livros do Novo Testamento foi prontamente aceita pela Igreja sem objeções. Esses livros, chamados de homologoumena, receberam aprovação unânime dos pais da igreja em relação à

sua canonicidade. Os homologoumena são amplamente presentes em quase todas as principais traduções e cânones da igreja primitiva. Em geral, 20 dos 27 livros do Novo Testamento são considerados homologoumena, incluindo todos, exceto Hebreus, Tiago, 2Pedro, 2 e 3João, Judas e Apocalipse. Outros três livros, Filemom, 1Pedro e 1João, às vezes são omitidos, mas não são questionados em termos de aceitação. Dado que os livros chamados homologoumena foram unanimemente aceitos, agora direcionaremos nossa atenção para outros grupos de livros.

➤ *Os livros rejeitados por todos — pseudepígrafos*

Nos séculos II e III, observamos o surgimento de numerosos livros espúrios e heréticos, que foram rotulados como pseudepígrafos, ou seja, escritos falsos. Eusébio, em suas descrições, referiu-se a esses livros como sendo "totalmente absurdos e ímpios". Essa época testemunhou um florescimento de textos que buscavam se passar por obras legítimas, mas que, na realidade, eram considerados fraudulentos e contrários à ortodoxia. A Igreja, atenta a essas tentativas de distorcer a mensagem original, buscou discernir e preservar os textos genuínos, rejeitando aqueles que eram reconhecidos como enganosos e prejudiciais à fé cristã.

a) *A natureza dos pseudepígrafos* - Praticamente nenhum pai da igreja, cânion ou concílio declarou a canonicidade de qualquer um desses livros. No contexto dos cristãos, esses escritos são principalmente de interesse histórico. Seu conteúdo se resume a ensinamentos heréticos, permeados por erros gnósticos, docéticos e ascéticos. Os gnósticos, uma seita filosófica, reivindicavam um conhecimento especial dos mistérios divinos, ensinando que a matéria é má e negando a encarnação de Cristo. Os docetas afirmavam a divindade de Cristo, mas negavam Sua humanidade, argumentando que Ele apenas aparentava ser humano. Já os ascetas monofisistas defendiam a ideia de que Cristo possuía uma única natureza, resultante da fusão do divino com o humano.

Esses livros, quando considerados, eram geralmente aceitos por seitas heréticas específicas ou podiam ser citados ocasionalmente por algum pai ortodoxo da igreja. No entanto, a corrente principal do cristianismo, seguindo o exemplo de Eusébio, jamais os reconheceu como algo além de espúrios e

ímpios. Semelhantes aos pseudepígrafos do Antigo Testamento, esses escritos revelam uma imaginação religiosa desenfreada. Demonstram uma curiosidade insaciável em descobrir mistérios não revelados nos livros canônicos, como, por exemplo, detalhes sobre a infância de Jesus. Além disso, esses textos exibem uma tendência doentia e mórbida de apoiar idiossincrasias doutrinárias por meio de fraudes aparentemente piedosas. Embora possa haver vestígios de verdade dentro dessas fantasias, os pseudepígrafos necessitam ser cuidadosamente examinados para separar qualquer resquício de verdade do contexto mitológico apresentado.

b) O número dos pseudepígrafos - Determinar o número exato de pseudepígrafos é uma tarefa desafiadora. No século XIX, Fótio já havia catalogado cerca de 280 obras, e desde então, muitas outras surgiram. Abaixo, apresentamos alguns dos pseudepígrafos mais significativos e as tradições associadas a eles:

- O Evangelho de Tomé (século I) oferece uma perspectiva gnóstica sobre os alegados milagres da infância de Jesus.
- O Evangelho dos ebionitas (século II) representa uma abordagem gnóstico-cristã destinada a preservar as práticas do Antigo Testamento.
- O Evangelho de Pedro (século II) é uma falsificação docética e gnóstica que distorce a natureza de Jesus.
- O Proto-Evangelho de Tiago (século II) apresenta uma narrativa em que Maria relata o massacre dos meninos por ordem do rei Herodes.
- O Evangelho dos egípcios (século II) é uma obra ascética que se opõe ao casamento, à carne e ao consumo de vinho.
- O Evangelho Árabe da Infância (?) descreve supostos milagres realizados por Jesus durante sua infância no Egito, incluindo a visita dos magos de Zoroastro.
- O Evangelho de Nicodemos (séculos II ou V) contém os Atos de Pilatos e relata a Descida de Jesus.
- O Evangelho do carpinteiro José (século IV) representa os escritos de uma seita monofisista que exaltava José.

- A História do carpinteiro José (século V) é a versão monofisista da vida de José.
- O Passamento de Maria (século IV) narra a assunção corporal de Maria e descreve os estágios progressivos da adoração a Maria.
- O Evangelho da Natividade de Maria (século VI) promove a veneração de Maria e serve de base para a "Lenda de Ouro", um livro popular do século XIII sobre a vida dos santos.
- O Evangelho de Pseudo-Mateus (século V) contém uma narrativa sobre a visita de Jesus ao Egito e alguns milagres de sua infância.

ATOS:

1. *Os Atos de Pedro* (século II) narram a lenda de que Pedro teria sido crucificado de cabeça para baixo.
2. *Os Atos de João* (século II) revelam influências dos ensinamentos gnósticos e docéticos.
3. *Os Atos de André* (?) representam uma narrativa gnóstica sobre a prisão e morte de André.
4. *Os Atos de Tome* (?) descrevem a missão e o martírio de Tomé na Índia.
5. *Os Atos de Paulo* apresentam uma imagem de Paulo como uma figura de estatura pequena, nariz grande, pernas arqueadas e calvo.
- 6-8. Atos de Matias, de Filipe, de Tadeu.

EPÍSTOLAS:

1. *A Carta atribuída a nosso Senhor* é um suposto registro da resposta de Jesus a um pedido de cura feito por alguém representando o rei da Mesopotâmia. O texto afirma que o Senhor enviaria alguém após sua ressurreição.
2. *A Carta perdida aos coríntios* (séculos II, III) é uma falsificação baseada em 1Coríntios 5.9, encontrada em uma Bíblia armênia do século V.
3. *As (Seis) Cartas de Paulo a Sêneca* (século IV) são falsificações que recomendam o cristianismo aos discípulos de Sêneca.

4. *A Carta de Paulo aos laodicenses* é uma falsificação baseada em Colossenses 4.16 (também mencionada sob o título "Apócrifos", p. 120-1).

APOCALIPSES:

1. *Apocalipse de Pedro* (também mencionado em "Apócrifos").
2. *Apocalipse de Paulo*.
3. *Apocalipse de Tomé*.
4. *Apocalipse de Estêvão*.
5. *Segundo Apocalipse de Tiago*.
6. *Apocalipse de Messos*.
7. *Apocalipse de Dositeu*.

Dado que os renomados mestres e concílios da igreja praticamente unificaram-se ao rejeitar esses livros, seja devido à completa falta de confiabilidade ou às heresias que contêm, é apropriado referir-se a eles como pseudepígrafos. Qualquer fragmento de verdade que possam, porventura, preservar é eclipsado tanto pela fantasia religiosa quanto pelas tendências heréticas. Esses livros não apenas carecem de canonicidade, mas também não apresentam nenhum valor significativo no que diz respeito aos propósitos devocionais. Seu principal mérito reside no âmbito histórico, revelando as crenças peculiares de seus autores.

➤ *Os livros questionados por alguns – antilegomena*

Conforme relatado pelo historiador Eusébio, sete livros despertaram questionamentos sobre sua autenticidade entre alguns dos pais da igreja, resultando na falta de reconhecimento universal até o século IV. Esses livros controversos foram Hebreus, Tiago, 2Pedro, 2 e 3João, Judas e Apocalipse.

a) *A natureza dos antilegomena*. O fato de esses livros não terem obtido reconhecimento universal no início do século IV não implica que não tenham sido aceitos pelas comunidades apostólicas e subapostólicas. Pelo contrário, esses livros foram citados como inspirados por vários estudiosos primitivos. A contestação, em determinado período, por alguns estudiosos, não sugere que a presença deles no cânon atual seja menos sólida do que a dos demais livros.

Pelo contrário, a questão central sobre a aceitação da maioria desses livros não era sua inspiração, ou a falta dela, mas a falta de comunicação entre o Oriente e o Ocidente quanto à sua autoridade divina. Assim que os fatos se tornaram conhecidos pelos pais da igreja, a aceitação final e total dos 27 livros do Novo Testamento foi imediata.

- b) *O número dos antilegomena* - Hebreus permaneceu sob suspeição entre os cristãos do Oriente, inicialmente devido à anonimidade do autor e à falta de afirmação explícita de ser um dos apóstolos. A aceitação plena dessa carta no cânon foi retardada, também influenciada pelo apoio dos montanistas heréticos a alguns de seus conceitos. No entanto, no século IV, com a influência de Jerônimo e Agostinho, Hebreus encontrou seu lugar permanente no cânon.
- c) Tiago, cujo autor não reivindica ser apóstolo, teve sua veracidade e apostolicidade questionadas, principalmente devido às aparentes discrepâncias entre seu ensino sobre justificação e o de Paulo. Martinho Lutero chegou a desvalorizá-la, mas, graças aos esforços de Orígenes, Eusébio, Jerônimo e Agostinho, a carta de Tiago foi reconhecida e aceita pela igreja ocidental.
- d) A segunda carta de Pedro gerou dúvidas significativas sobre sua autenticidade devido a diferenças de estilo em relação à primeira carta. Contudo, evidências como o Papiro Bodmer (p72), descoberto no Egito, datado do século III, e os testemunhos de Clemente de Roma, Pseudo-Barnabé e outros, indicam sua origem apostólica e apoio nas comunidades cristãs primitivas.
- e) As cartas de João (1João, 2João) foram inicialmente limitadas em aceitação devido à anonimidade do autor, identificado como "o presbítero". No entanto, a semelhança de estilo e mensagem com 1João, amplamente aceita, evidenciou sua origem apostólica, e essas cartas foram gradualmente reconhecidas como canônicas.
- f) Judas enfrentou contestações, principalmente por suas referências a livros pseudepígrafos como Enoque e Assunção de Moisés. Apesar disso, foi aceito por Irineu, Clemente de Alexandria e Tertuliano, além de ser confirmado pelo Papiro Bodmer (p72) do século III.

g) O Apocalipse, parte dos antilegomena no início do século IV devido a controvérsias sobre a doutrina do quiliasmo, teve uma aceitação inicial entre os primeiros pais da igreja, mas enfrentou resistência quando os montanistas o usaram para seus ensinamentos heréticos. Dionísio de Alexandria levantou objeções no século III, mas a defesa de Atanásio, Jerônimo e Agostinho assegurou seu lugar no cânon quando ficou claro que estava sendo mal utilizado pelas seitas heréticas.

➤ Os livros aceitos por alguns – apócrifos

A distinção feita entre os apócrifos do Novo Testamento e os livros pseudepígrafos não é uma distinção autorizada. Em sua maioria, os livros pseudepígrafos não foram aceitos pelos pais primitivos e ortodoxos da igreja, nem pelas igrejas, sendo assim considerados não canônicos. Por outro lado, os livros apócrifos eram altamente valorizados, pelo menos por parte de alguns pais da igreja.

Essa distinção levanta questionamentos sobre a validade da mesma, pois os critérios para determinar a canonicidade não são uniformes. Enquanto os apócrifos desfrutavam de estima entre alguns líderes eclesiásticos, os pseudepígrafos eram em grande parte rejeitados pela comunidade cristã primitiva. A divergência na aceitação desses textos reflete as diferentes perspectivas e práticas dentro da igreja antiga em relação aos escritos considerados sagrados e inspirados.

a) *A natureza dos apócrifos do Novo Testamento.* Os apócrifos do Novo Testamento, quando muito, desfrutaram do que Alexander Souter denominou "canonicidade temporal e local". Estes livros foram aceitos por um número limitado de cristãos durante um período específico, mas nunca receberam um reconhecimento amplo ou permanente. A razão pela qual esses livros eram mais valorizados do que os chamados "pseudepígrafos" reside, sem dúvida, na estima mais elevada que gozavam entre os cristãos.

Esses apócrifos são importantes por diversas razões e constituíam parte das bibliotecas devocionais e homiléticas das igrejas primitivas. Em primeiro lugar, revelam os ensinamentos da igreja do século II, oferecendo uma visão

valiosa das crenças e práticas da comunidade cristã naquela época. Em segundo lugar, fornecem documentação da aceitação dos 27 livros canônicos do Novo Testamento, contextualizando o processo de formação do cânon. Por fim, esses apócrifos contribuem para o entendimento das diversas facetas da vida da igreja primitiva, abrangendo desde doutrinas até práticas litúrgicas.

- b) *O número dos apócrifos do Novo Testamento. A Epístola do Pseudo-Barnabé*, datada por volta de 70-79 d.C., é um documento que teve uma ampla circulação no século I. Encontrando-se no Códice Sinaítico e sendo mencionada no sumário do Códice Beza (D) por volta de 550 d.C., essa carta foi reconhecida como Escritura tanto por Clemente de Alexandria quanto por Orígenes. Apesar de seu estilo assemelhar-se ao de Hebreus, seu conteúdo é predominantemente alegórico.

A autenticidade dessa epístola, contudo, tem sido questionada por alguns estudiosos, levantando dúvidas sobre sua confiabilidade. O autor, que não reivindica autoridade divina, é identificado como um leigo, deixando claro que não se trata do Barnabé mencionado entre os apóstolos do Novo Testamento (Atos 14:14). A incerteza em relação à confiabilidade desse documento destaca-se, mesmo diante de sua comprovada antiguidade.

A Epístola aos Coríntios, datada por volta de 96 d.C. e atribuída a Clemente de Roma, é mencionada por Dionísio de Corinto como tendo sido lida publicamente em Corinto e em outros lugares. Encontrada no Códice Alexandrino (A) por volta de 450 d.C., essa carta, no entanto, não reivindica inspiração divina, apresentando um estilo evangélico, mas com um tom subapostólico. Apesar de ter sido lida em muitas igrejas, a Epístola aos Coríntios nunca obteve ampla aceitação, não sendo reconhecida como canônica.

A Homília Antiga, erroneamente atribuída a Clemente de Roma, é conhecida como a Segunda Epístola de Clemente, datada por volta de 120-140 d.C. Apesar de ter sido usada no século II e encontrada no Códice Alexandrino (A), esta obra não foi considerada canônica, sendo excluída do cânon do Novo Testamento.

O Pastor, de Hermas, datado aproximadamente de 15-140 d.C., foi o livro não canônico mais popular na igreja primitiva. Citado como inspirado por Irineu e Orígenes, esse texto, embora tenha valor ético e devocional, nunca foi reconhecido como canônico. Suas características éticas e alegóricas o tornaram uma obra influente na igreja primitiva.

O Didaquê, ou Ensino dos Doze Apóstolos, datado por volta de 100-120 d.C., gozou de prestígio na igreja primitiva. Citado por Clemente de Alexandria e usado na catequese, este livro, apesar de sua importância histórica, nunca foi reconhecido como canônico pela igreja primitiva.

O Apocalipse de Pedro, aproximadamente datado de 150 d.C., foi um dos apocalipses mais antigos não canônicos do Novo Testamento, circulando amplamente na igreja primitiva. Mencionado no Fragmento Muratório e em outros documentos, suas imagens influenciaram o pensamento medieval, mas nunca foi reconhecido como canônico.

Os Atos de Paulo e de Tecla, datados por volta de 170 d.C., são mencionados por Orígenes e constam no sumário do Códice Beza (D). Contendo elementos mitológicos e questionada quanto à veracidade, essa obra nunca alcançou reconhecimento canônico.

A Carta aos Laodicenses, datada do século IV e conhecida por Jerônimo, é considerada uma obra forjada. Presente em muitas Bíblias dos séculos VI ao XV, essa carta é descrita como um conjunto de frases paulinas costuradas sem um elemento conector definido, sem objetivo claro e sem peculiaridades doutrinárias. Apesar de advertências do Concílio de Nicéia II em 787, chamando-a de "carta forjada", ela reaparece durante a Reforma, mas nunca obteve reconhecimento canônico.

O Evangelho segundo os hebreus, datado de 65-100, é possivelmente o evangelho não canônico mais antigo, sobrevivendo apenas em fragmentos citados por pais primitivos da igreja. Apesar de alguns o chamarem de "verdadeiro evangelho", apresenta pouca semelhança com o Mateus canônico e é mais pseudepigráfico do que apócrifo. Nunca alcançou a categoria de livro canônico.

A Epístola de Policarpo aos Filipenses, datada por volta de 108, escrita por Policarpo, discípulo do apóstolo João, não reivindica inspiração divina. Apesar de não ser canônica, é uma fonte valiosa para informações sobre outros livros do Novo Testamento, que Policarpo cita como canônicos.

As Sete Epístolas de Inácio, datadas por volta de 110, revelam familiaridade com os ensinamentos do Novo Testamento, especialmente com as cartas de Paulo. Apesar de não reivindicar autoridade divina, Inácio é citado por Irineu e Orígenes. Embora autênticas, essas cartas não são apostólicas e, portanto, não são canônicas, conforme o consenso da igreja ao longo dos séculos. Esses escritos subapostólicos são valiosos para entender o estado da igreja e o reconhecimento dos livros canônicos do Novo Testamento.

IV. FORMAS E MANEIRAS DE DEUS SE REVELAR

4.1 A Doutrina da Revelação de Deus

A compreensão de Deus pelos seres humanos é limitada devido à finitude humana e à infinitude divina. Para que possamos conhecê-Lo, é necessário que Deus se revele a nós. Essa revelação ocorre de duas maneiras fundamentais: através da revelação geral e da revelação especial.

A revelação geral refere-se à autoexposição de Deus por meio da natureza, da história e da personalidade humana. Esta forma de revelação é aberta a todas as pessoas, em todos os lugares e em todos os tempos. Seu conteúdo é mais amplo e menos detalhado em comparação com a revelação especial. A mensagem geral de Deus permeia a existência, oferecendo uma compreensão acessível a todos.

Por outro lado, a revelação especial envolve comunicações e manifestações específicas de Deus para indivíduos em momentos específicos. O acesso a essa revelação especial ocorre por meio de escritos sagrados, documentos que preservam essas comunicações divinas exclusivas. Essa forma de revelação é mais detalhada e específica, destinada a orientar as pessoas em sua jornada espiritual.

Ambas as formas de revelação têm seu papel na compreensão da divindade, oferecendo uma visão mais abrangente e acessível a todos por meio da revelação

geral, enquanto a revelação especial fornece detalhes específicos e orientações para aqueles que buscam uma compreensão mais profunda e específica de Deus.

4.2 As áreas de revelação geral

Segundo Erickson (2008), existem três áreas tradicionais de revelação geral: a natureza, a história e a constituição do ser humano. As próprias Escrituras sugerem que há um conhecimento de Deus disponível através da ordem física criada. O salmista diz: "Os céus declaram a glória de Deus" (Salmo 19:1). E Paulo diz: "As qualidades invisíveis - seu eterno poder e divindade - foram claramente vistas desde a criação do mundo, sendo percebidas por meio do que tem sido feito. Então eles ficam inescusáveis" (Romanos 1:20). Estas e muitas outras passagens, como os "salmos da natureza", sugerem que Deus deixou evidências de si mesmo no mundo que ele criou. Muitas vezes, pensamos na revelação geral em conexão com a criação, um espetáculo surpreendente e impressionante, apontando para um poderoso e sábio criador, capaz de projetar e produzir uma variedade intrincada e bela. A pessoa que contempla a beleza de um pôr do sol e o estudante de biologia que dissecam um organismo complexo estão expostos aos sinais da grandeza de Deus.

A segunda área de revelação geral é a história. A Bíblia mostra em muitos lugares que Deus move o curso da história, controlando os destinos das nações (Jó 23:00; Salmo 47:7-8; 66:7; Isaías 10:5-13; Daniel 2:21; Atos 17:26). Se Deus trabalha no mundo e tem determinados objetivos, deveria ser possível detectar a tendência de seu trabalho nos eventos que fazem parte da história. A evidência aqui é menos impressionante do que na natureza. Em princípio, a história é menos acessível do que a natureza. É preciso consultar os relatórios históricos. É preciso contar com materiais de segunda mão, relatórios e contas dos outros, ou trabalhar com a própria experiência da história, talvez uma muito limitada para permitir a detecção do padrão geral ou tendência.

Analisar a história como uma forma de revelação geral nos desafia a examinar os eventos passados em busca de padrões, tendências e sinais do trabalho de Deus ao longo do tempo. Embora menos óbvia do que a revelação na natureza, a história oferece uma janela para entender como Deus age no mundo e

como seus propósitos se desdobram ao longo dos séculos. Requer um olhar atento e uma análise cuidadosa, mas pode revelar insights valiosos sobre a natureza e os caminhos de Deus.

A terceira área de revelação geral é a criação terrena, o mais importante de Deus, o homem. Alguns acreditam que a revelação geral de Deus é vista na estrutura física e habilidades mentais dos seres humanos. Mas onde melhor se percebe o caráter de Deus está nas qualidades morais e espirituais da humanidade. Paulo fala da escrita nos corações de pessoas que não têm a lei especialmente revelada (Romanos 2:11-16).

Os seres humanos fazem julgamentos morais, ou seja, julgamentos sobre o que é certo e o que é errado. Isso envolve mais do que nossas preferências pessoais e vai além da mera conveniência. Muitas vezes sentimos que devemos fazer algo que não é vantajoso para nós, enquanto outros têm o direito de fazer algo que pessoalmente não gostamos. Immanuel Kant afirmou na Crítica da Razão Prática que o imperativo moral exige o postulado de uma vida após a morte e um guardião divino de valores. Outros, como CS Lewis, Edward Carnell e Francis Schaeffer, têm chamado a atenção nos últimos anos sobre o valor probatório do impulso moral que caracteriza os seres humanos. Esses teólogos e filósofos afirmam que todas as pessoas mantêm um código moral dado. Em vez disso, eles simplesmente destacam a existência de um impulso moral ou consciência moral.

A revelação geral também trata da natureza religiosa da humanidade. Em todas as culturas, em todos os tempos e lugares, os seres humanos têm acreditado na existência de algo maior do que eles, uma realidade e até mesmo algo que está acima da raça humana coletivamente. Embora a natureza exata das práticas de crença e de culto varie consideravelmente de uma religião para outra, muitos veem a tendência universal para adorar como uma manifestação sagrada de um antigo conhecimento de Deus, um sentimento interior de divindade, que, embora possa ser danificado e distorcido, sem dúvida, ainda está presente e atuante na experiência humana.

➤ *Revelação especial*

Entendemos por revelação especial a auto-manifestação de Deus para certas pessoas em tempos e lugares definidos, permitindo que tais pessoas

entrem num relacionamento redentor com Ele. A palavra hebraica para "revelar" é gālãh. A palavra grega usual para "revelar" é apokalyptō. Ambas expressam a ideia de desvelar o que está encoberto. O grego phaneroō, que transmite especialmente a ideia de manifestação, também é usado com frequência.

Por que a revelação especial era necessária? A resposta está no fato de que os homens perderam o relacionamento de favor com Deus que possuíam antes da queda. Era necessário que viessem a conhecê-lo de maneira mais plena para que pudessem voltar a preencher as condições para a comunhão. Esse conhecimento precisava ir além da revelação inicial ou geral que ainda estava à disposição deles, pois então, juntamente com a limitação natural da finitude humana, também havia a limitação moral do pecado humano. Após a queda, a raça humana estava afastada de Deus e em rebelião contra Ele; seu entendimento das questões espirituais estava obscurecido. Desse modo, sua situação estava mais complicada do que era originalmente e, por conseguinte, era preciso uma instrução mais completa.

A revelação especial de Deus é uma demonstração de Sua graça e amor, permitindo que os seres humanos, apesar de sua queda e separação, tenham a oportunidade de conhecer e se relacionar com Ele de maneira redentora. É um ato de misericórdia divina, que visa restaurar o vínculo perdido entre o Criador e Suas criaturas, oferecendo uma luz especial para iluminar o caminho da comunhão restaurada.

V. "TEXTUS RECEPTUS" E SUA IMPORTÂNCIA

O interesse por um texto original do Novo Testamento, mais próximo dos autógrafos, teve seu auge durante o Renascimento. Conforme Trebolle-Barrera (1999, p. 398), até então, apenas as traduções latinas do Novo Testamento haviam sido publicadas e editadas. Com o movimento renascentista, o cenário mudou, e começou-se a valorizar mais os manuscritos na língua original (grego), despertando nos estudiosos da época o interesse em produzir um texto padronizado que se aproximasse ao máximo dos autógrafos.

Foi durante o contexto renascentista, na primeira metade do século XVI, que começou a ser preparado o texto grego do Novo Testamento, posteriormente tornando-se o modelo para as traduções da Bíblia feitas após a Reforma Protestante. Esse texto, conhecido como Textus Receptus, serviu como base para muitas traduções do Novo Testamento a partir do século XVI. Também chamado de Texto Recebido, denomina o texto usado nas impressões desses livros em grego, sendo utilizado como base para a tradução da Bíblia King James, a Bíblia de Lutero e a maioria das traduções em português após a Reforma Protestante, incluindo as traduções de João Ferreira de Almeida em 1681.

Os textos do Textus Receptus são bastante semelhantes ao típico Texto Bizantino, embora contenham algumas mínimas diferenças. Esses textos foram extraídos com base em cópias de textos bizantinos, os mais usados nas cópias do Novo Testamento do século XV. Os eruditos, fugindo da ocupação islâmica que deu início ao Império Otomano, levaram esses textos do oriente para o ocidente, preservando assim o legado cristão.

A compilação do Textus Receptus foi realizada através desses Textos Bizantinos, com o objetivo de criar um único texto em grego no Novo Testamento, originando outras edições. Essa tarefa foi empreendida por um padre católico, intelectual e teólogo chamado Erasmo de Roterdão, em 1516. Posteriormente, as principais edições representativas do Textus Receptus foram feitas por Estienne em 1550 e pelos Elzevirs em 1633.

Muitas traduções baseadas nesses textos permaneceram praticamente inalteradas até meados do século XX. Os textos de Roterdão foram redigidos em grego e latim, dispostos em duas colunas, uma para cada idioma.

VI. PRINCIPAIS TRADUÇÕES DA BÍBLIA NO BRASIL

A história registra que o primeiro texto em português das Escrituras foi produzido por D. Diniz (1279-1325), rei de Portugal. Profundo conhecedor do latim e estudioso da Vulgata, D. Diniz decidiu enriquecer sua língua pátria vertendo a Vulgata Latina para o português. Embora fosse carente de compromisso com o Cristianismo e só lhe fosse possível traduzir os primeiros vinte

capítulos do livro de Gênesis, seu esforço colocou-o em uma posição historicamente pioneira, anterior a alguns dos primeiros tradutores da Bíblia para outros idiomas, como John Wycliff, por exemplo, que só em 1380 logrou a tradução das Escrituras para a língua inglesa.

O cronista Fernão Lopes, do século XV, afirmou que também D. João I (1385-1433) — um dos sucessores de D. Diniz no trono português — "fez grandes letrados tirar em linguagem os evangelhos, Atos dos Apóstolos e as epístolas de São Paulo, para que aqueles que o ouvissem fossem mais devotos acerca da lei de Deus" (Crônica de D. João I, 2ª-1ª Parte). Esses "grandes letrados" eram vários padres que também se utilizaram da Vulgata Latina no ofício da tradução.

D. João I, que conhecia também o latim, traduziu o livro de Salmos, reunido depois aos livros do Novo Testamento traduzidos pelos padres.

Outros membros da monarquia portuguesa realizaram também traduções parciais da Bíblia. A Infanta D. Filipa, neta do rei D. João I e filha do Infante D. Pedro, traduziu do francês os quatro evangelhos. No século XV, foram publicados em Lisboa o Evangelho de Mateus e porções dos demais evangelhos, um trabalho realizado pelo frei cisterciense Bernardo de Alcobaça, membro da fabulosa escola de tradutores da Real Abadia de Alcobaça. Suas traduções foram baseadas na Vulgata Latina. A primeira harmonia dos evangelhos em língua portuguesa, *De Vita Christi*, preparada em 1495 pelo cronista Valentim Fernandes, foi custeada pela rainha D. Leonora, esposa de D. João II. Nesse mesmo ano, foi publicada uma tradução das epístolas e dos evangelhos, feita pelo jurista Gonçalo Garcia de Santa Maria. No ano de 1505, D. Leonora mandou também que fossem impressos o livro de Atos dos Apóstolos e as epístolas universais de Tiago, Pedro, João e Judas, já traduzidos do latim pelo frei Bernardo de Brinega vários anos antes.

Em 1566, foi publicada em Lisboa uma gramática hebraica para estudantes portugueses, utilizando como texto básico o livro de Obadias.

Algumas outras traduções realizadas em Portugal são dignas de nota:

- a) Os quatro evangelhos, traduzidos em apurado português pelo padre jesuíta Luiz Brandão.

b) No início do século XIX, o padre Antônio Ribeiro dos Santos traduziu os evangelhos de Mateus e Marcos, ainda hoje inéditos.

É importante destacar que todas essas obras sofreram, ao longo dos séculos, inexorável perseguição da Igreja Romana, e muitas delas escaparam apenas com um ou dois exemplares, atualmente raríssimos. A Igreja Romana também despejou anátemas sobre todos que conservassem consigo essas "traduções da Bíblia em língua vulgar", conforme as denominavam.

➤ **A Tradução de Almeida**

João Ferreira de Almeida foi o autor da grandiosa tarefa de traduzir pela primeira vez em português o Antigo e o Novo Testamento. Nascido em 1628 na localidade de Torre de Tavares, nas proximidades de Lisboa, João Ferreira de Almeida mudou-se para o Sudeste da Ásia aos 12 anos de idade. Depois de dois anos na Batávia (atual Jacarta), na ilha de Java, na Indonésia, Almeida partiu para Málaca, na Malásia onde, graças à leitura de um folheto em espanhol acerca das diferenças do Cristianismo, converteu-se do catolicismo à fé evangélica. Já no ano seguinte começou a pregar o Evangelho no Ceilão.

Conhecedor do hebraico e do grego, Almeida pôde utilizar-se dos manuscritos nessas línguas, baseando sua tradução no Textus Receptus, do grupo bizantino. Ao longo desse criterioso trabalho, ele também se serviu das traduções holandesa, francesa (tradução de Beza), italiana, espanhola e latina (Vulgata).

Em 1676, João Ferreira de Almeida concluiu a tradução do Novo Testamento, remetendo-o imediatamente à Batávia para ser impresso. No entanto, o trabalho de revisão a que a tradução foi submetida foi extremamente lento, obrigando Almeida a retomá-la e enviá-la para Amsterdã, na Holanda. Finalmente, em 1681, surgiu o primeiro Novo Testamento em português.

Após a publicação do Novo Testamento, Almeida iniciou a tradução do Antigo, e ao falecer, em 6 de agosto de 1691, havia traduzido até Ezequiel 41:21. Em 1748, o pastor Jacobus op den Akker, da Batávia, retomou o trabalho interrompido por Almeida, e cinco anos depois, em 1753, concluiu o trabalho, publicando o Antigo Testamento. A primeira edição completa da Bíblia de Almeida

em português surgiu em 1819, sob os auspícios da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira.

➤ **A Tradução de Figueiredo**

Antônio Pereira de Figueiredo, responsável pela primeira tradução completa da Bíblia, baseada na Vulgata Latina, nasceu em Tomar, nas proximidades de Lisboa, em 14 de fevereiro de 1725. Esse monumental trabalho consumiu 18 anos de sua vida. A primeira edição do Novo Testamento foi lançada em 1778, dividida em seis volumes. Quanto ao Antigo Testamento, os 17 volumes da primeira edição foram publicados de 1783 a 1790.

Em 1819, a Bíblia completa de Figueiredo veio à luz em sete volumes, sendo posteriormente publicada em um único volume em 1821. Essa tradução recebeu aprovação e foi utilizada pela Igreja Romana, além de ter sido adotada pela rainha D. Maria II em 1842. Figueiredo incluiu em sua versão os chamados livros apócrifos, acrescentados pelo Concílio de Trento aos livros canônicos em 8 de abril de 1546. Esse fato contribuiu para que sua Bíblia seja até hoje valorizada entre os católicos romanos que falam português.

Como exímio filólogo e latinista, Figueiredo pôde empregar um estilo sublime e pomposo, resultando em um verdadeiro monumento da prosa portuguesa. No entanto, por não conhecer as línguas originais e basear-se exclusivamente na Vulgata, sua tradução não conseguiu suplantar a preferência pelo texto de Almeida.

➤ **A Versão Almeida revisada de acordo com os melhores textos**

Na década de 1960, emergiu a quarta revisão brasileira da tradução de João Ferreira de Almeida, realizada sob os auspícios da Imprensa Bíblica Brasileira, um órgão da Convenção das Igrejas Batistas do Brasil. O trabalho, publicado em 1967, recebeu o nome de Versão Almeida revisada de acordo com os melhores textos em hebraico e grego. Esse título evidencia que a tradução de Almeida passou por uma revisão à luz das novas descobertas na área dos manuscritos bíblicos, abrangendo tanto o Antigo Testamento quanto o Novo Testamento.

Entretanto, é relevante mencionar que essa revisão, de certa forma, intensificou a polêmica quanto ao uso de colchetes em determinados trechos do Novo Testamento. Os revisores, ao se valerem do chamado Texto Crítico (cf. seção 1.4.3) e certamente influenciados pela revisão anterior da Sociedade Bíblica do Brasil (cf. seção 3.2.3), também optaram por assinalar entre colchetes os trechos que não aparecem no Texto Recebido (cf. seção 1.4.2).

➤ **A Bíblia Viva**

De orientação protestante e publicada no Brasil em 1981, a Bíblia Viva adota o mesmo modelo da Living Bible, lançada nos EUA em 1971, que escolheu a equivalência dinâmica como estratégia de tradução. Essa abordagem busca transmitir o significado do texto original de maneira mais livre, adaptando-o para uma compreensão contemporânea, em vez de aderir rigidamente à forma literal.

Uma revisão da edição brasileira foi lançada em 2010, com o título de Nova Bíblia Viva. O prefácio dessa edição de 2010 (p. 5) revela os motivos que impulsionaram o projeto tradutório:

O apelo da Bíblia Viva foi imediato, principalmente entre jovens e pessoas recém-convertidas ao Cristianismo que desconheciam os termos eruditos e as construções sintáticas formais das versões bíblicas mais antigas. [...] O que o leitor recebe agora, portanto, é uma Bíblia de leitura agradável e fácil entendimento, como foi a edição de 1981, agora reconfigurada para os dias atuais.

Quanto ao texto fonte, não temos informações claras sobre se a edição brasileira da Bíblia Viva foi traduzida diretamente das línguas originais ou se é uma tradução indireta da versão estadunidense. Tanto o prefácio quanto outras fontes disponíveis não foram suficientes para esclarecer essa dúvida. O processo de tradução e a relação entre a edição brasileira e a original dos EUA permanecem sem detalhes precisos.

Essa nova versão visa oferecer uma linguagem atualizada e acessível, mantendo o compromisso com a fidelidade ao significado original dos textos bíblicos.

➤ **A Bíblia na Linguagem de Hoje**

Conforme Giraldi (2008, p. 154), a Bíblia na Linguagem de Hoje é a segunda tradução completa da Bíblia patrocinada por protestantes originada em território nacional, traduzida a partir das línguas originais. O Novo Testamento foi publicado em 1973, seguido pela edição completa em 1988. Posteriormente, em 2000, uma edição revisada foi lançada com o nome de Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Em 2005, surge uma coedição com propostas ecumênicas, fruto da parceria entre a Sociedade Bíblica do Brasil (entidade de confissão protestante) e as Edições Paulinas (editora católica).

A característica marcante dessa coedição é a abordagem em relação ao cânon, pois inclui os acréscimos que não constam nas Bíblias protestantes (cf. introdução). Esses acréscimos foram categorizados como apócrifos pelo Protestantismo, enquanto os católicos os denominam de deutero-canônicos (segundo cânon), diferenciando-os dos protocanônicos (primeiro cânon) estabelecidos pelo Judaísmo tradicional. Essa colaboração ecumênica reflete uma abordagem inclusiva, buscando unir diferentes tradições cristãs em torno da leitura e compreensão da Bíblia.

➤ **A Versão Almeida Corrigida Fiel**

Em 1994, surgiu mais uma revisão brasileira da tradução de João Ferreira de Almeida, a sexta em sequência, realizada pela Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, sob o título de Versão Almeida Corrigida e Revisada, Fiel ao Texto Original. Posteriormente, foram lançadas duas edições revisadas, em 1995 e 2007. A peculiaridade desta revisão de Almeida, em comparação com as anteriores, é que a entidade responsável pelo projeto destaca como característica distintiva a ênfase em manter o texto revisado o mais identificável possível com o Texto Massorético e com o Texto Recebido.

É perceptível que essa revisão provavelmente teve origem como uma forma de protesto contra as edições revisadas do trabalho de Almeida, elaboradas à luz do chamado Texto Crítico. Vale ressaltar que o Texto Crítico foi desenvolvido com base em manuscritos mais antigos do Novo Testamento, que não estavam disponíveis durante a produção do Texto Recebido. Esse contexto sugere uma abordagem mais conservadora, buscando preservar a fidelidade ao Texto Massorético e ao Texto Recebido em contraposição às mudanças introduzidas nas edições anteriores.

➤ **A Nova Versão Internacional**

Temos diante de nós mais uma versão brasileira, elaborada seguindo os mesmos princípios de um projeto internacionalmente reconhecido de tradução da Bíblia, a saber, o The New International Version, com a distinção de que este último é de orientação protestante. A edição brasileira foi traduzida diretamente das línguas originais, com o Novo Testamento sendo publicado em 1993 e a Bíblia completa em 2000.

A NVI define-se como tradução evangélica, fiel e contemporânea. Não se trata de tradução literal do texto bíblico, muito menos de mera paráfrase. O alvo da NVI é comunicar a Palavra de Deus ao leitor moderno com tanta clareza e impacto quanto os exercidos pelo texto bíblico original entre os primeiros leitores. Por essa razão, alguns textos bíblicos foram traduzidos com maior ou menor grau de literalidade, levando sempre em conta a compreensão do leitor. O texto da NVI não se caracteriza por alta erudição vernacular, nem por um estilo muito popular.

Embora siga o modelo da versão em língua inglesa, o prefácio (p. xv) destaca que não houve uma dependência estrita da edição brasileira em relação à arquetípica, pois o comitê responsável pela versão nacional optou, em muitas ocasiões, por alternativas exegéticas consideravelmente distintas da edição original. Quanto à filosofia de tradução adotada, o prefácio (p. xiii) da versão

brasileira também fornece informações detalhadas sobre esse aspecto, proporcionando ao leitor uma compreensão clara das escolhas feitas durante o processo de tradução.

➤ **A Versão Almeida Século 21**

No início do século XXI, surgiu mais uma "revisão" brasileira da tradução de João Ferreira de Almeida, marcando a sétima intervenção até a elaboração deste trabalho. Essa revisão resultou de uma parceria entre quatro editoras de grande influência no cenário protestante. O Novo Testamento foi lançado em 2003, seguido pela publicação da Bíblia completa em 2007.

Apesar de o prefácio indicar que o trabalho de Almeida foi revisto à luz dos avanços recentes da Crítica Textual, a ponto de os editores classificarem o texto resultante como uma "retradução", parece haver uma precaução em relação à exclusão de trechos não respaldados pelos manuscritos mais antigos do Novo Testamento. Esses trechos, presentes na fonte utilizada por Almeida, foram preservados em seu texto original. Na verdade, nenhuma das revisões anteriores do trabalho de Almeida chegou a eliminar as passagens questionáveis do texto final. O que variou foi a forma como essas passagens foram apresentadas: em algumas revisões, aparecem entre colchetes; em outras, sem nenhum distintivo em relação às passagens não contestadas pelos críticos textuais.

Exercício:

- I. O que é inspiração Divina?
- II. Defina inspiração verbal e plena.
- III. Quais os três elementos essenciais da inspiração?
- IV. Dê a definição de cada um dos elementos essenciais da inspiração.
- V. Quais são as evidências indiretas da inspiração?
- VI. Quais as evidências diretas da inspiração?
- VII. Quais são as teorias a respeito da inspiração?
- VIII. Quais as implicações da doutrina da inspiração?
- IX. Defina revelação e iluminação.
- X. Quais foram os critérios fundamentais para a avaliação da canonicidade?
- XI. Defina o termo cânon.
- XII. Quais são os cinco critérios fundamentais que se destacam no processo de canonicidade?
- XIII. O que são escritos pseudepígrafos?
- XIV. Qual o significado do termo apócrifo?
- XV. Quais dos Escritos do NT não foram considerados no grupo dos homologoumena?
- XVI. O que é revelação geral e revelação especial?
- XVII. Quais são as áreas da revelação geral?

BIBLIOGRAFIA:

ANGLADA, Paulo. Manuscritologia do Novo Testamento-História, Correntes Textuais e o Final do Evangelho de Marcos. Knox Publicações, 2014 .

ANGLADA, Paulo. Sola Scriptura - A Doutrina Reformada das Escrituras. Ed.Puritanos, 1998 .

GEISLER L., Norman. Introdução Bíblica- Como a Bíblia chegou até nós. Ed. Vida, 1997.

HARRIS, Laird. Inspiração e Canonicidade da Bíblia. Cultura Cristã, 2004.

MARTINS, Sebastião. História da Formação do Cânon do Novo Testamento-Uma síntese. Edições CELD, 1993.

COMFORT, Philip Wesley Walter. Origem e Autenticidade da Bíblia. CPAD, 1998.

RAUPP, Marcelo. A História da Transmissão da Bíblia em nível Mundial e no Brasil e as Marcas Ideológicas nas Primeiras Traduções brasileiras Completas dessa Obra, Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

--- **CITERJ** ---

Centro Interdenominacional de Teologia do Estado do Rio de Janeiro

Um órgão da AECB

CONTATOS

www.citerj.com.br - citerjaecb@gmail.com

WhatsApp: (21) 36118661 – (21) 9776 9825 (21) 967155926

Proibido a reprodução e cópia sem autorização do CITERJ